



Anais da Assembléia

N.º 25

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 19.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1983.

CEP 85.270 - Altamira do Paraná - PR.
Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.
(a) AUGUSTO CARNEIRO

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato e Antônio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Edgar Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Donato Gulin, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Leônidas Chaves, Odeni Mongruel, e Sabino Campos (41), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Acir Mezzadri, Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa, Fiori Luiz, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nilso Sguarezi, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Sérgio Spada, Tuguio Setogutte e, em licença, Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Resolução de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que trata da adoção de relógio-ponto nesta Casa.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER na forma regimental e após ouvido o Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora NADIR VECHI, progenitora do Sr. Luiz Fernando Vechi, Vice-Prefeito Municipal de Altamira do Paraná, ocorrido no dia 03 p.p. naquela cidade.

Requer outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares da extinta, no seguinte endereço: Luiz Fernando Vechi, Comercial Altamira - Av. Jaime Canet Jr., s/n.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações à funcionária desta Casa, EUTHALIA MARTINS DA SILVA, que após 36 anos de profícuos serviços prestados a este Poder Legislativo, veio a se aposentar.

Funcionária exemplar e das mais assíduas, nunca deixou dentro das funções a que lhe eram atribuídas, de atender indistintamente a todos e da mesma maneira.

Requer outrossim, que tal manifestação seja comunicada àquela servidora, e anotada em sua ficha funcional.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, pela designação do eminente médico paranaense, Dr. JOSÉ RATTON, para o cargo de Superintendente do Instituto de Previdência do Estado — IPE.

A designação do Dr. José Rattton vem dotar aquele órgão previdenciário de nosso Estado, dentro de uma linha administrativa das mais profícuas em prol de atendimento médico-hospitalar e previdenciário aos servidores públicos estaduais, em consonância com as anteriores administrações que por ali passaram, através de eminentes homens públicos paranaenses.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à direção do IPE, e ao Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, pela designação dos Srs. José Maria Azevedo, João Nogueira Castro e Dácio Leonel de Quadros, para integrarem a Diretoria Executiva do Paraná Radiodifusão S/A — RADIPAR, na qualidade de Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico, respectivamente.

Tal designação vem demonstrar as intenções de dotar aquele órgão estadual de personalidades das mais destacadas no cenário político e administrativo em nosso Estado, com larga experiência na vida pública.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Direção da RADIPAR e ao Chefe do Poder Executivo estadual.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, pela designação dos Srs. Cândido Pacheco Bastos e Antônio Pinesso, para exercerem os cargos de Diretor Presidente e Secretário Geral da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná -- FAMEPAR.

Essa designação é das mais alvissareiras para o nosso Estado, tendo em vista a larga visão administrativa dos indicados, os quais por certo muito irão beneficiar as atividades da FAMEPAR em prol do desenvolvimento municipalista paranaense.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à direção da FAMEPAR e ao Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela passagem do 1.º aniversário do jornal "Gazeta do Centro-Oeste", da cidade de Campo Mourão -- Pr.

Tal evento é deveras auspicioso, em razão da profícua atividade daquele órgão de imprensa no campo da comunicação social, proporcionando maior divulgação daquela região no contexto estadual.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à direção daquele estabelecimento, em nome do Sr. Aroldo Tissot.

a Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER o envio de expediente, consubstanciado em veemente apelo ao Excelentíssimo Sr. Deputado Deni Schwartz, DD. Secretário dos Transportes, no sentido de viabilizar a reconstrução de uma ponte sobre o Rio Cachoeira na estrada de acesso à localidade de Rio Pequeno, no Município de Antonina.

A citada ponte, com vão aproximado de 40 metros, foi completamente destruída pelas constantes chuvas que se abateram sobre aquele município, no mês de fevereiro deste ano, causando sérios prejuízos aos pequenos agricultores da região, os quais estão se utilizando de pequenos barcos para travessia do rio e conseqüentemente, sem condições de transportarem seus produtos para comercialização na sede e outras localidades do município.

Não obstante a obra ser de alçada municipal, justificamos nosso apelo e tendo em vista as precárias condições financeiras em que se encontra a Prefeitura de Antonina que, decididamente, não dispõe de recursos para custear a obra.

Esses os motivos que nos levam a apelar ao ilustre Secretário dos Transportes, na certeza de que Sua Excelência o acolherá com simpatia, determinando imediatas providências para concretização desta reivindicação de real importância para os moradores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, para que, através do setor competente, sejam tomadas providências, com a máxima urgência, no sentido de combater a erosão no perímetro urbano de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

As fortes chuvas ocorridas na região, contribuíram, para que Nova Cantu sofresse com o gravíssimo problema da erosão, danificando não só a periferia, mas também diversas ruas centrais daquela cidade, ocasionando assim sérios prejuízos à municipalidade, como também a toda população, razão pela qual estamos fazendo o presente requerimento, para que as autoridades competentes tomem conhecimento e determinem providências urgentes para sanar o grave problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de apelo aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de determinar o asfaltamento da estrada que liga Altamira do Paraná aos Municípios de Nova Cantu e Mamborê.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

O leito da referida estrada é ensaibrado e com as fortes chuvas que caem na região, ela fica intransitável. Como os municípios por ela servidos vivem da produção agrícola e como há algum tempo que a estrada encontra-se em estado deplorável, vem causando assim, enormes prejuízos à região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que, através do setor competente, seja instalado, com a máxima urgência, um escritório da EMATER, em Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Sra. Secretária da Educação e Cultura, solicitando a criação do ensino de segundo grau no Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Fênix é um dos mais importantes do Estado do Paraná, tendo na agricultura sua grande fonte produtora de recursos, não só para o nosso Estado mas também para todo o País, e até o momento não conta com o ensino de segundo grau pelo Estado, contando atualmente com uma unidade da CNC. Muito embora seja a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade um ensino eficiente e quase que

gratuito, isto vem onerando a população, pois esta é constituída na sua maioria, de pessoas carentes, as quais não têm condições de manter seus estudos, sendo obrigados a paralisarem os mesmos, o que vem causando um sério trauma em toda a população, constituída na sua maioria de "bóias-frias" e que necessitam se aperfeiçoarem para se constituírem em mão de obra especializada e resolverem seus problemas mais imediatos. Daí considerarmos a justeza da presente reivindicação daqueles munícipes, criando-se um curso de segundo grau do Estado ou estadualizando o lá existente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador e à Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, solicitando a estadualização da Escola Santa Rosa, Ensino de Primeiro Grau, no Distrito de Água Fria, Município de Iretama.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Santa Rosa de Ensino de 1.º Grau, localizada no povoado de Água Fria, Município de Iretama, com autorização de funcionamento nº 3845/82, funciona com ônus para a municipalidade, a qual tem todos os encargos referentes a pessoal, material e outros.

Na atual situação financeira do município em tela, torna-se impossível a sua manutenção, pois como todos sabem a administração atual encontrou o referido município em completa penúria e o mesmo já não pode arcar com o ônus pesado da educação, daí a presente solicitação para que o Estado assuma imediatamente a responsabilidade daquela escola, pois a mesma é de interesse fundamental para os munícipes, e não pode ter solução de descontinuidade, o que fatalmente ocorreria se os encargos continuarem com a municipalidade, a qual não tem como arcar com as responsabilidades do pagamento da folha aos professores, nem mesmo a sua manutenção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial, dirigido ao Ilustríssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade determine as providências de estilo, para o asfaltamento do trecho de estrada que liga o Município de Mal. Mallet à BR-476, ou ainda, se notada a imediata impossibilidade de se efetivar esta melhoria pretendida, seja ordenada com a máxima urgência uma mais condigna conservação do trecho em epígrafe, pela importância que o mesmo tem no escoamento da produção agrícola daquele município.

Prende-se o pretendido, na necessidade premente dos usuários deste importante trecho rodoviário que, até esta parte sujeitam-se a toda a sorte de infortúnios mecânicos em seus veículos, de transporte e de locomoção pessoal, quando se dirigem de seu município para alcançar o asfalto da BR-476, por total ausência de conservação desta rodovia, o que vem ocasionando sérios prejuízos aos agricultores, e, por extensão direta todo o Estado do Paraná, que deixa de recolher os impostos de circulação de mercadorias, advindas do Município de Mal. Mallet e cercanias.

Outrossim, requer após a manifestação desta Casa, que o expediente seja instruído com o inteiro teor desta petição.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, e pelas normas inseridas na Constituição Estadual, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Sr. Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, DD. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, de teor seguinte

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo, algumas vezes é acionado por reivindicações da comunidade que o fazem ir além de suas prerrogativas constitucionais, com isto escapando de sua esfera de competência, mas que pela seriedade e oportunidade, necessitam de nossa atenção.

Assim é que atendendo ao desenvolvimento sócio-cultural cidade, com expressiva população estudantil que já conta com diversos cursos superiores, desenvolvimento econômico-financeiro-área das mais produtivas do Estado no que tange a agropecuária, sua importância de cidade polo de influência regional, dirijo-me a Vossa Excelência para sugerir a elevação da Comarca de Umuarama para Comarca de Entrância Final, com a determinação das medidas legais pertinentes.

Na certeza do acatamento a esta sugestão que espero ver concretizada, manifesto a gratidão da população de Umuarama e região, que confia nos ministradores da justiça no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, solicitando-lhes a adoção de um plano de emergência que, simultaneamente, valorize e operacionalize o aproveitamento do Pessoal Docente da Rede Estadual de Ensino.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Em nome da urgente e imperiosa necessidade de aliviar principalmente os pequenos municípios do Estado, relativamente ao encargo que lhes é excessivamente pesado, qual seja o de remunerar considerável parcela de professores que atuam em escolas estaduais, bem como em nome do necessário aproveitamento de FATO dos professores efetivos da Rede Estadual de Ensino, ora acumulados em número excessivo nas cidades de médio e grande porte, deve-se proceder a um levantamento criterioso do número de padrões em proporcionalidade às aulas disponíveis e, após a extinção dos cargos supérfluos como os de Administrador Predial, Comunicador de Alunos e outros afins que absorvem preciosas lotações de tantos professores efetivos da Rede Estadual de Ensino, CONVOCAR COMPULSORIAMENTE OS EFETIVOS EXCEDENTES PARA A ATIVIDADE DOCENTE NOS MUNICÍPIOS MENORES, que já não agüentam mais dar-se ao luxo de fazer às vezes de Estado, no que se refere à cobertura da Folha de Pagamento alusiva à manutenção do Ensino.

Em período posterior a este remanejamento criterioso, que se realizaria mediante o senso da mais alta justiça, pois que sem a menor sombra de dúvida, os padrões deslocados e ociosos são numerosíssimos no Estado, proceder-se-ia à concessão de Estabilidade aos atuais e licenciados ministrantes das chamadas AULAS EXTRAORDINÁRIAS, bem como promoção conseqüente da política do Reajuste Salarial Semestral e Décimo-Terceiro Salário, pois que o professorado paranaense já não reúne mais forças para sobreviver à taxa de apenas um aumento anual em seus vencimentos.

O aproveitamento racionalizado de pessoal docente da Rede Estadual de Ensino onde ele se faz mais necessário, além de constituir-se em imperativo de justiça, acarretará GRANDE ECONOMIA DE RECURSOS a um Governo que, nos centros urbanos um pouco mais expressivos, para cada aula ministrada de fato, acaba remunerando duas outras fictícias.

Cumpram ainda assinalar que, ao despedir-se do Governo, o PDS paranaense enxovalhou o mercado educacional, criando e ativando remoções de professores para municípios em que inexistiam vagas para isso, intensificando ainda mais o quadro de mestres sem aula. E a persistir a situação atual, o Poder Público jamais terá condições de remunerar condignamente a classe do magistério.

É preciso operacionalizar o aproveitamento do pessoal docente estadual, mesmo que a peso de sérias dificuldades ou desgastes de qualquer espécie. O desafio precisa ser assumido, pois que se a coisa "FICA COMO ESTÁ" ... além do magistério e governo que sairão perdendo, haverá de perder-se principalmente a própria causa da Educação a nível de Estado, através de sua mais lúdima razão de ser: A CRIANÇA DO PARANÁ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Ministro do Trabalho, Dr. Murilo Macedo, com cópia para o Delegado Regional do Trabalho, General Adalberto Massa, solicitando esclarecimento sobre o atual concurso para médicos do trabalho, especificando número total de vagas destinadas ao Paraná, prazo para inscrição, data da realização do concurso e, principalmente, sobre a divulgação do edital do concurso.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) MÁRCIO DE ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Embora entendamos que a realização de concursos para o provimento de vagas de médicos do trabalho venha atender uma antiga reivindicação desta categoria, existem alguns senões em relação ao atual concurso que devem ser melhor esclarecidos, para que não se sintam prejudicados os componentes desta categoria profissional.

Na realidade o que se solicita é o estabelecimento de critérios justos na realização de concursos, para que não se privilegie algumas pessoas em detrimento a toda uma categoria profissional. Pois, neste atual concurso, na cidade de Londrina, face à pouca divulgação do edital do concurso, houve a inscrição de apenas oito (08) privilegiados.

Esta solicitação justifica-se pois segundo denúncias de médicos do trabalho de Londrina e Curitiba, o edital do concurso não foi suficientemente divulgado, o que se comprovado, evidencia a prática do compadrismo e nos obriga a solicitar o cancelamento do concurso ou a reabertura das inscrições.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER na forma regimental, e após ouvido o douto Plenário que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando em caráter de urgência, que o mesmo determine ao DER que passe a considerar a estrada que liga Palmital - Altamira do Paraná - Campina da Lagoa, como via intermunicipal, incluindo-a conseqüentemente, no Plano Viário Estadual, e assim o referido órgão passe a tomar conta da sua hoje precária conservação.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento dos órgãos competentes, esta rodovia é a única via de escoamento das riquezas da região. Observando-se o Mapa Rodoviário, veremos que de Guarapuava onde se situa o 5.º Distrito Rodoviário, até Palmital, a ligação é feita por estrada estadual, porém a partir daí, para alcançar a PR-239 (Campina da Lagoa), a estrada é municipal e de conservação que deixa muito a desejar, porque Altamira do Paraná, ao desmembrar-se de Palmital, esta administração deixou de ter interesse na conservação da referida estrada, abandonando-a completamente.

E assim, Altamira do Paraná, município novo e não possuindo nenhuma máquina, como conservar uma estrada tão importante para o Estado, cuja extensão atravessa 70 por cento de seu território?

Ora, Altamira do Paraná é um município que se encontra em franco progresso, principalmente na área agrícola, sendo que a COAMO — Cooperativa Agropecuária Mourãoense, instalou um entreposto no município, o que assegura uma expansão agrícola, dessa forma, toda a produção será escoada via Campina da Lagoa pela PR-239 e BR-369, até alcançar Campo Mourão.

E a ligação Altamira do Paraná, de leito terroso e sem macadame, somado à tortuosa topografia, dificulta o transporte da produção, principalmente em tempo chuvoso, causando enormes prejuízos ao produtor e ao Paraná.

Porque acreditamos na habilidade do atendimento de tal pedido, justifica-se o nosso requerimento.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/83 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná RESOLVE:

Art. 1.º — Fica suspensa, por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a aplicação do Decreto Legislativo nº 95/83, de 08 de fevereiro de 1983, ou até a regulamentação uniforme do uso do relógio-ponto no âmbito do Poder Executivo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

APOIAMENTO:

Gabriel Manoel, Nelson Buffara, Francisco Escorsin, Erondy Silvério, Artagão Mattos Leão, Eduardo Baggio, Gabriel Sampaio, Osvaldo Alencar Furtado, Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury, Augusto Carneiro, Nelson Vasconcellos, Hermas Brandão, Tércio Albuquerque, Fuad Nacli, Amélia Hruschka, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ivan Gubert, Adhail Sprenger Passos e Edgar

Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do presente projeto de resolução é bastante simples.

A Comissão Executiva desta Casa, numa atitude de todo louvável, procurando afastar deste Poder qualquer suspeição quanto à eficiência e dedicação de seus funcionários, estabeleceu o uso do relógio-ponto para controlar a frequência dos mesmos.

Acontece, no entanto, que a adoção de tal medida, ao invés de punir os funcionários relapsos, que, se aqui existem, existem também nos outros Poderes do Estado, acaba por se constituir em uma punição para os funcionários que efetivamente prestam os seus valiosos serviços a esta Casa.

O famigerado "funcionário fantasma", não será, de maneira alguma, atingido por ato de tal natureza, visto que, alguns dos notórios dentre os quais assim são denominados já se encontram devidamente acobertados, ou à disposição de Gabinetes de Deputados, ou até aposentados.

É opinião deste Deputado, que o Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, por sinal um dos menores e bem menos remunerados do País, tem muito a oferecer para o bom funcionamento desta Casa e engrandecimento da atividade parlamentar, desde que se lhe dê condições adequadas de trabalho, uma justa remuneração e um tratamento equânime.

Quer nos parecer que os privilégios, sempre ociosos, não serão extintos pela medida que ora intentamos suspender, mas, pelo contrário, com a sua adoção, estaremos nivelando por baixo, equiparando o bom funcionário àquele cujo abuso queremos coibir.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna novamente para me reportar a este que é um dos mais graves, senão o mais grave problema da sociedade brasileira: o desemprego, que pela sua extensão, atinge a todos, direta ou indiretamente.

Não se trata de uma questão apenas econômica, porque seus efeitos têm reflexo social, gerando a intranquilidade e o desespero. Daí para a quebra da ordem e da violência, há tão somente uma pequena e frágil barreira.

Dispensável será discorrer sobre o que está acontecendo em São Paulo, mas vale recordar que aquelas pessoas certamente não tencionavam levar o protesto a conseqüências extremas, com o saque e a depredação, sempre condenáveis.

Mas pensem, Srs. Deputados, o que aqueles pais de famílias e jovens pediam é o mesmo que pedem cotidianamente outros milhares de brasileiros da mesma situação: queremos trabalhar.

Gostaria de salientar que diariamente recebemos de 70 a cem pessoas em nosso gabinete, em nossa emissora, e 90 por cento destes são pedidos de empregos. Vivemos um momento dramático dentro do campo social, onde o desemprego é, sem dúvida, a tônica fundamental.

A fome leva ao desespero e o instinto de sobrevivência fala mais alto. E a quem vamos debitar as conseqüências?

Temos visto a passividade de um governo insensível à questão porque não toma providências cabíveis, indispensáveis e necessárias para encontrar as soluções. No âmbito do Governo que controla a política econômica estão as soluções e não existe argumento que possa fazer a Nação pensar o contrário.

Em vez de permitir que o desenvolvimento flua, o Governo Federal, pelos ditadores da política econômica nada mais fazem senão desaquecer a economia, pressionar a iniciativa privada, dificultar e frear as atividades empresariais.

Mas não é apenas isto, Srs. Deputados. É também, não podemos atribuir responsabilidade somente ao Governo, cabe também ao setor empresarial um pouco de culpa, face às dificuldades que impõe no oferecimento de oportunidades.

Um exemplo: a camada jovem da população, com plena responsabilidade é rejeitada porque lhe falta oportunidade primeira. O moço que pela primeira vez busca uma colocação e por isso ainda não teve nenhum contrato de trabalho registrado na carteira profissional, é impedido de ocupar a vaga sob alegação das empresas de que não aceitam "carteiras em branco". Ora, se ninguém der essa primeira oportunidade o candidato passará a vida toda sem encontrar trabalho. Não esqueçam os empresários que a própria lei faculta a admissão em caráter experimental pelo prazo de 90 dias.

Outro exemplo: o trabalhador, homem ou mulher, que atinge a idade de 35 anos, em plena capacidade produtiva, já começa a sofrer o "pesadelo" da velhice precoce ditada pelo sistema. Também não encontra colocação.

Como se observa, há uma clara e inexplicável rejeição da potencialidade da juventude e da experiência dos mais idosos.

Claro que no contexto da problemática do desemprego esta é uma parcela menor, o que entretanto não exclui a concorrência das empresas para o agravamento da situação.

Portanto, ao empresariado faço um apelo no sentido de que haja um pouco mais de sensibilidade para suprir a falta de sensibilidade do Governo, e isso já será uma grande contribuição.

O que não podemos, é cruzar os braços diante do problema, porque os resultados, perigosos por sinal, já estão sendo sentidos e não podemos deixar que se agravem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças em plenário, do Sr. Anselmo Peraro, Deputado Federal e de Maria Alice Della Torre, Vereadora e 2ª Secretária da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

Estando ausente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conhecendo como conhecemos o espírito altamente democrático do Sr. Secretário dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, e em virtude de nós o qualificarmos como homem essencialmente democrático, fazemos um apelo a Sua Excelência, não obstante sermos Deputado do partido de Oposição, um apelo consubstanciado numa legitimidade do povo de Antonina, que pretende a reconstrução imediata da ponte sobre o Rio Cachoeira, na estrada que dá acesso ao "Rio Pequeno", ponte que tem um vão de quase 50 metros. Razão pela qual, torna-se proibitiva a construção por quem de direito, no caso o Município de Antonina. Município paupérrimo, sem recursos, que não tem como reconstruí-la. E a fim de que, aproximadamente, mil pessoas que estão do outro lado, do lado de lá da ponte, portanto ilhados, sem terem condições de trazerem seus produtos agrícolas para o continente.

Faço este apelo ao Deputado Deni Lineu Schwartz, para que viabilize a reconstrução daquela ponte, de um custo alto, evidentemente sem condições de ser feita pela Prefeitura de Antonina.

A reconstrução torna-se muito importante, a fim de que as pessoas ilhadas que estão fazendo a travessia num pequeno barco improvisado, veículos, caminhões, automóveis, que antes trafegavam naquela ponte, evidentemente pelo fato dela ter sido destruída nas enchentes do mês de fevereiro, estão com seus produtos agrícolas do outro lado, sem condições de serem comercializados.

Tenho plena convicção de que, quando o Deputado Deni Schwartz, Secretário dos Transportes, tomar conhecimento dessa nossa solicitação, irá envidar o máximo de seus esforços no sentido de que aquela ponte, para o município inviável de ser construída, mas para o Estado, não tenho a impressão que, com o orçamento que é destinado à Secretaria dos Transportes, é perfeitamente normal a reconstrução da mesma.

Dá a razão de um requerimento assinado por este Deputado, esperando a aprovação do Plenário, para que o Sr. Secretário possa analisá-lo e oxalá, reconstruía-la.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho hoje a esta tribuna, por um dever de consciência, para apresentar a esta Casa um projeto de resolução no seguinte sentido. (Lê):

“Fica suspensa por um prazo de 180 dias, a aplicação do Decreto Legislativo 95/83, de 08 de fevereiro de 1983, ou até a regulamentação uniforme do uso do relógio-ponto, no âmbito do Poder Executivo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Srs. Deputados, seria ilógico de nossa parte, o nosso partido, o PMDB, e este projeto transcende a área partidária, porque tive a honra de receber o apoio de vários Deputados, não só do meu Partido, como também de ilustres colegas do Partido Democrático Social.

É inconcebível que a Comissão Executiva desta Casa venha, através deste ato, desse decreto legislativo, obrigar os funcionários desta Casa a baterem o ponto todos os dias.

Se fosse uma maneira unânime, em que todos os Srs. funcionários desta Casa aqui viessem e cumprissem com esta obrigação, no mesmo horário, este projeto não teria razão de ser apresentado.

Porém, foram feitas concessões, os gabinetes dos próprios Srs. Deputados e nós somos os beneficiários, estão isentos, os nossos funcionários, de baterem ponto.

Funcionários à disposição de lideranças, funcionários à disposição de outros órgãos, enfim, os funcionários que têm apadrinhamento; os funcionários que são parentes ou amigos dos Srs. Deputados estariam isentos de cumprir esta obrigação. Não é justo que o PMDB, que veio para o Paraná fazer justiça, venha, através desta Assembléia, fazer injustiça. Não admito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este decreto entre em vigor sem que alguns altos funcionários desta Casa, apadrinhados, filhos de ex-governadores, como é o caso do filho do ex-Governador Ney Braga, Antônio Cecy, que foi Diretor do Banco do Estado do Paraná, que vem gozar de todos os funcionários desta Casa, dizer que

ele não vai assinar o ponto porque tem padrinho.

Não é justo que os funcionários mais humildes desta Casa, como também alguns graduados como o Deputado Adalberto Daros, Hélio Dias, Pedro Liberti, o ex-Deputado Losso, venham a se submeter, que não é vergonha bater ponto. Mas, será uma vergonha para estes funcionários que vêm trabalhar, venham a bater o ponto, e aqueles apadrinhados não venham bater ponto.

É por isso, Srs. Deputados, que tive a honra de receber o apoio de vários companheiros Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Nelson Vasconcellos, Deputado Osvaldo, Deputada Amélia, Irondj, Tércio, Deputado Buffara, Losso, Deputado Maia, que não teve a felicidade de colocar a sua assinatura, e tantos outros, Deputados, Hermas Brandão, Deputado Baggio, enfim, Deputado Anibal Khury, que já foi por anos Primeiro Secretário desta Casa, acha que esta medida é injusta e nós nesta justificativa não dizemos estas palavras que estou dizendo desta tribuna, porque o coração me faz falar, como funcionário desta Casa, que entrou e começou a trabalhar no Protocolo, e que muito me honra, e que nesta Casa aprendi a ser um Deputado Federal e hoje Deputado Estadual, e não podemos cometer injustiças. Deputado Adhail Sprenger Passos, também, havia me esquecido. Deputado Francisco Escorsin, Segundo Secretário desta Casa.

Meus companheiros, é com felicidade que venho a esta tribuna, para sanar esta injustiça, com o apoio dos nobres Colegas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Rubens Bueno) Em seguida, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, quero parabenizar-me com o Deputado Anibelli, pelo seu pronunciamento, e dizer do nosso apoio ao seu projeto. Faço das minhas palavras, as palavras do Deputado Odeni Mongruel.

Sr. Presidente, seria justo que eu tecesse alguns comentários sobre aquela terça-feira passada em nossa sessão, quando um ilustre Deputado do PMDB, Paulo Furiatti, criticou toda a imprensa do Paraná dando inclusive ataques pessoais a seus dirigentes.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ler a imprensa paranaense, achei num editorial do “Diário Popular” as palavras que eu pretendia dizer.

Apenas vou ler este editorial, Sr. Presidente. (Lê):

“A HISTERIA DO FUNCIONÁRIO PAULO CÉSAR FURIATTI.

O ilustre Deputado Paulo César Furiatti, alto funcionário do Instituto de Terras e Cartografia, até março último, onde ocupava, sem trabalhar, emprego de aproximadamente 500 mil cruzeiros mensais (sem trabalhar, por quê?) ousou nos fazer críticas.

Antes mesmo de adquirir o direito legal de se licenciar para fazer sua campanha política, o nobre parlamentar do PMDB, não comparecia ao expediente, porque depois que veio de Londrina, transferido para Curitiba, dedicou-se unicamente à sua campanha eleitoral.

O funcionário Paulo César Furiatti não tem condições de criticar ninguém, muito menos de defender o Sr. Claus Germer, o homem que inaugurou o “facismo” na Secretaria da Agricultura.

Prove o Sr. Paulo César Furiatti se trabalhou no último ano por ocasião da realização das eleições. Traga,

para o conhecimento da opinião pública, sua folha de serviço, que nos propomos a divulgar prazerosamente a informação que Sua Excelência deve ao povo do Paraná. Falta autoridade, ao hoje representante do povo, para criticar qualquer veículo de imprensa, porque aqui temos a História, e Sua Excelência nem sabe o significado dessa palavra.

Traga prova de que este jornal pediu a nomeação de quem quer que seja, na Secretaria da Agricultura, comandada pelo feliz funcionário do IPARDES, Claus Magno Germer, Secretário da Agricultura e Professor da Universidade Federal do Paraná.

Traga a prova e não perca tempo. Envie ao Diário Popular que daremos publicação.

Sua Excelência acusa sem saber, dizendo que existem jornalistas trabalhando no órgão que suspeitamente o ilustre Parlamentar hoje defende.

Reconhecemos que existem jornalistas trabalhando em horário especial, como manda a lei, em todos os órgãos públicos estaduais e federais.

Não professamos e nem abraçamos ideologia estranha à formação democrática do povo brasileiro.

Entendemos que os democratas estão sujeitos às tentativas diversas com a intenção de atingir e arrefecer o destemor da imprensa livre, que visando colaborar com o Governador José Richa, aponta os defeitos e vícios existentes na administração, que, reconhecemos não ser deste governo, mas sim de um sistema que há muito domina a burocracia paranaense.

O repto está feito: traga o Sr. funcionário Paulo César Furiatti a sua última folha de pagamento, para o Paraná saber quanto é correta a sua participação na vida funcional do Estado; prove que trabalhou durante a última eleição na repartição onde era lotado e venha com autoridade fazer as críticas que desejar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é meu interesse na tarde de hoje, tecer comentários de acontecimentos lamentáveis acontecidos ontem no Palácio Iguazu, quando da região do Governador José Richa e os prefeitos da região a qual represento.

Meu tempo é escasso neste Pequeno Expediente.

Então, farei uso da tribuna para denunciar casos alarmantes, acontecimentos tristes e vergonhosos havidos ontem, dentro do Palácio Iguazu, Voltarei, ou no Grande Expediente ou no Horário da Liderança para citar tais fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, inscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usei a tribuna na tarde de ontem, fazendo alguns comentários com relação à política adotada pelos homens que detêm o Poder.

E hoje volto para bater na mesma tecla. (Lê):

“Ao encerrar-se o mês de março, a conta dos últimos 30 anos apontavam o rumo de uma inflação mensal de dois dígitos, uma única vez presente no cotidiano de cada brasileiro, em janeiro de 1964, quando o índice evoluiu alucinantes onze por cento.

Nunca, desde então, a taxa mensal do índice geral de preços, da Fundação Getúlio Vargas, que mede oficialmente a inflação brasileira, chegou a romper a barreira dos 10 por cento, para muitos símbolo máximo de desorganização da economia e, mais do que isso, sinal para mudança de rumo e de homens.

Janeiro último, 9 por cento; fevereiro, 6,5 por cento;

a taxa mensal volta à sombria ante-sala dos dois dígitos. A FGV ainda está completando a apuração do índice, mas os Ministros da área econômica na semana passada, fecharam o expediente em incômodos 9,8 por cento; um novo recorde de inflação mensal nos períodos pós 64, que ainda pode chegar a 11 por cento, uma vez completados os cálculos da FGV, e se nenhum aumento de preço em março tiver o seu efeito sobre o índice emigrado para abril.

Na verdade, quando os descalabros inflacionários chegam a essa altura, pouco importa se a taxa mensal é de 9, 10 ou 11 por cento, e nada adianta o pugilato estatístico envolvendo tantos decimais a menos ou a mais. O ponto central é que as taxas dessa ordem denotam pura e simplesmente que o Governo perdeu o controle sobre o movimento de preços e que os instrumentos acionados por ele não geram mais efeito algum.

Esta situação tem sido uma constante; uma constante o atual governo que, descrito mais freqüentemente como o da MORATÓRIA, pode estar sendo também o GOVERNO DA INFLAÇÃO.

A persistência da espiral inflacionária brasileira tem efeitos cruéis. Ela empobrece todos os assalariados, indistintamente. Desarticula ao limite extremo as relações econômicas.

Lota as cestas de lixo dos empresários com orçamentos que se anulam a cada mês. Longe deste quadro, que sugere a necessidade imediata de um alentado receituário de forma a fazer a economia pugar suas mazelas, as autoridades econômicas dão ênfase às previsíveis chuvas de verão no diagnóstico sobre a nova escalada de preços, como fizeram José Milton Dallari, titular da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, órgão subordinado aos Ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas.

A verdade é que conviver com a inflação em dois dígitos é uma tragédia. Os ministros da área econômica não conseguem baixar os índices inflacionários.

O Brasil é o único País que eu conheço, no mundo, onde os preços sobem, mesmo quando os consumidores compram menos.

A solução é uma só: a substituição do Ministro Delfim Neto, pai de todos esses problemas.

Este homem já teve vários atritos com vários Ministros que não concordam com a sua política, como Camilo Pena, da Indústria e do Comércio; Chanceler Saraiva Guerreiro; César Calls, Minas e Energia; Rubens Ludwig, Chefe do Gabinete Militar e outros.

Por que o Presidente não expede de vez este TUMOR que tanto mal vem fazendo à população brasileira? A verdade é que não há projeto, nem vontade política para tirar o País da presente saturação inflacionária.

O ex-Ministro da Fazenda, Otávio Bulhões, sentencia: “A situação do Brasil é de proximidade à hiperinflação. Para ele está faltando, acima de tudo, decisão real do Governo de por termo à inflação.

Isto realmente está acontecendo. Mas o povo brasileiro está a exigir uma atitude enérgica, do Sr. Presidente da República. Temos homens capazes. Por que Delfim?

Por favor, Sr. Presidente. Não suportamos mais”.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados

O motivo da minha presença, nesta tribuna, é para apresentar um requerimento do seguinte teor: (Lê)
“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e tendo em vista o Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Martins Anibelli, em tramitação nesta Casa, seja suspensa a aplicação do Decreto Legislativo nº 95/83, de 08 de fevereiro de 1983, até a regulamentação definitiva da adoção do relógio ponto no âmbito deste Poder.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983.”

O requerimento se prende principalmente à nossa solidariedade ao projeto de autoria do ilustre companheiro Deputado Antônio Anibelli, e sensibilizado com os problemas dos funcionários deste Poder, não compactue com a decisão desta Mesa ao infringir aos funcionários a humilhação de após vinte anos de serviços, muitos deles com até mais de vinte anos de serviço, neste Poder, serem submetidos discriminadamente à batida do “ponto”, do relógio-ponto.

Então, solidário como também os funcionários que serão submetidos a esta humilhação até certo ponto parcimoniosa, nós apresentamos esse requerimento e esperamos a colaboração de todos os Senhores Deputados para que os funcionários desta Assembléia continuem a ser respeitados em sua na sua dignidade humana.

E mais importante do que submetê-los a esse relógio-ponto, seria a Mesa da Assembléia usando da sua independência do Poder Legislativo, já tivesse melhorado os salários dos funcionários deste Poder e a verdade é gritante: são, do Brasil inteiro, os funcionários do Poder Legislativo, pior remunerados.

Na seqüência, desejo refutar o Deputado Jorge Maia Filho quando ele diz ter sido instalada na Secretaria da Agricultura, o fascismo.

O Deputado Jorge Maia Filho está confundindo as coisas. Os fascistas é que estão sendo expulsos da Secretaria da Agricultura e está sendo implantado um novo sistema, o sistema da moralização administrativa, o sistema da responsabilidade na função pública, mas de fascismo realmente o pessoal do PDS sempre entendeu e com ele sempre conviveu.

Fala-se em demissão em massa na Secretaria da Agricultura. É uma inverdade. Tenho aqui neste pequeno papel a relação de todos os funcionários que foram demitidos da Secretaria da Agricultura, os seus salários e porque foram demitidos. Todos estiveram cúmplices na campanha do PDS e não exerceram as suas funções para as quais estavam contratados dentro da Secretaria da Agricultura. Foram demitidos por ausência do trabalho. Qualquer trabalhador que se ausenta trinta dias do seu serviço, da sua empresa, é pela lei, exonerado da sua função. Esses funcionários ficaram durante todo o período da campanha eleitoral, fazendo campanha eleitoral para os candidatos do PDS.

Não chega a uma dúzia, Senhores Deputados, o número de funcionários que foram exonerados da Secretaria da Agricultura.

O Sr. Claus está realmente implantando um regime de moralidade dentro da Secretaria da Agricultura. Gostaria que os Deputados ao adjetivar, tivessem pelo menos

o cuidado de buscar a verdade, de conhecer a realidade dos fatos para não falar levianamente.

O PDS jamais deu oportunidade aos homens do PMDB. Nós desconhecemos qualquer peemedebista que tenha ocupado cargos no quadro do PDS e desafio o Líder do PDS a provar a esposa do Secretário da Agricultura ter exercido cargo de chefia no tempo de governo do PDS deste Paraná. Ela é funcionária pública como é também o Dr. Claus e desafio o Líder do PDS a provar como acusou, quando falava o Deputado Paulo Furiatti, que ela também tenha sido beneficiada pelo poder passado, jogando uma afirmação leviana em cima de uma senhora que deveria receber mais respeito da Bancada do PDS. E feito o desafio...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa lamenta, mas está esgotado o seu tempo.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê)

“O País atravessa um período de grandes dificuldades.

Os acontecimentos dos últimos dias em São Paulo, quando milhares de desempregados passaram a depedrar e saquear casas comerciais, em violência que traduz a profunda insatisfação da população, passa a fazer com que nós perguntemos: “Quem são os responsáveis por esses fatos?”

As especulações apontam ora grupos de esquerda, ora grupos de direita que estariam interessados em desestabilizar o recém-empossado governo Montoro do PMDB, de São Paulo.

A verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que grupo ou partido nenhum teria condições de produzir as manifestações de massa que transcorreram em São Paulo se não existisse um clima de frustração social tão grande. O mesmo clima de frustração social que produz manifestações da sociedade em vários níveis e que por vezes deságua na violência desesperadora de um povo cansado de sofrer. São as reações no campo, de norte a sul do Brasil. As reações na periferia de todas as grandes cidades.

Quem são, portanto, os responsáveis por estes fatos?

Encontrar culpados, indicar grupos responsáveis, é distorcer os fatos, é não compreender o processo histórico que vivemos. O grande responsável apontarei aqui: é a fome, a desesperança, o desemprego, o alto custo de vida, o rebaixamento de salários, a ausência de oportunidades para a sobrevivência. E isto, Senhores, é a parte mais negra do legado destas quase duas décadas de arbítrio e violência contra os brasileiros, perpetrados por um regime que se instalou pela força para privilegiar um grupo de interesse e de capital estrangeiro.

Nestes dias, comemorou-se mais um aniversário do golpe militar de 1964. Vamos, hoje, recuperar um pouco da história destas duas décadas infames da vida nacional. A histórica do ponto de vista do povo, dos que sofreram os ônus mais pesados desse processo.

Ao seu tempo, toda a Nação começou a sentir-se dilapidada e corrompida na sua individualidade e tradição brasileiras, pelas “providências” dos tecnocratas do Sistema. Verdadeiros lacaios do Imperialismo, providenciaram a entrega total do País ao estrangeiro, transformando o nosso Brasil em “terra de ninguém”.

O “milagre brasileiro” conseguido através do estrangulamento dos trabalhadores e assalariados, imobilizando-os inicialmente com a lei anti-greve de 1.º de julho de 1964, além de outras medidas anti-democráticas e anti-populares, como a legislação do arrocho salarial, o esvaziamento do direito à estabilidade no emprego, com o famigerado FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) e outras restrições tantas, que o povo tem sofrido.

Esse instrumental criou as condições para a espoliação da força de trabalho. A condição dos salários e a manipulação dos índices inflacionários levaram a uma redução efetiva de mais da metade do valor real dos salários. Perda hoje, recrudescida pelo Decreto-lei nº 2012, acentuando a intenção de fazer com que "os trabalhadores paguem pelos pecados do mundo".

Sr. Presidente, eu solicito de Vossa Excelência que coloque ordem no plenário para que eu possa desenvolver o meu pronunciamento, caso contrário, peço a Vossa Excelência que considere lido o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados, atenção ao pronunciamento do ilustre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Obrigado.

(Continua lendo): "Assim sendo, as multinacionais começaram a investir mais intensamente no País, pela grande capacidade de mão-de-obra barata, além de mantê-la-prima abundante, isenta de impostos e com generosos incentivos fiscais.

Os grupos internacionais, com regalias ímpares, instalaram-se em toda a estrutura industrial, dominando de forma absoluta os setores produtores de bens de consumo duráveis (automobilístico e eletro-eletrônico).

Presentes também, em forma decisiva nos setores de bens de capital (máquinas e equipamentos) onde representam mais de 60% do valor da produção dos estabelecimentos líderes. São absolutos dominadores, na produção de fumo, farmacêutica, perfumaria e alguns setores mais importantes da indústria têxtil, alimentar e do vestuário.

Além disso, dividem com empresas públicas, a liderança nos setores estratégicos de insumos básicos (como a química pesada e a metalurgia) dividindo com as nacionais o setor de papel e celulose, minerais não metálicos e outros setores da metalurgia.

Dominam completamente a indústria de vidros planos, borracha e condutores elétricos, liderando sozinhas as indústrias de tintas, esmaltes, materiais petroquímicos, resinas, inseticidas, pigmentos, corantes e laminados.

Essa penetração na economia nacional não se deveu somente à política entreguista do golpe castrense. Para dominar os setores inteiros da indústria de transformação, os monopólios multinacionais fizeram uso de seu poderio econômico e se utilizaram do "dumping", vendendo por preços artificialmente mais baixos para eliminar as concorrentes nacionais, também suspendendo fornecimento de peças e componentes às empresas brasileiras, asfixiando-as pouco a pouco, utilizando também, o tráfico de influências, atraindo para suas fileiras, militares, ex-ministros e políticos serviais, além de uma série de outras medidas e práticas ilícitas ou ilegais.

A invasão alienígena foi "ampla, geral e irrestrita". O percentual de terras nas mãos das multinacionais cresce dia a dia.

Os grandes grupos estrangeiros vêm, desde a década de 1960, investindo com alguma intensidade na compra de terras no Brasil. Seus objetivos são utilizar essas terras para jogadas especulativas, colocar sob controle, áreas que podem se revelar ricas em minerais, implantando projetos pecuários para descarregar o Imposto de Renda, abatido em 50% que vem sendo utilizado para a aquisição de grandes áreas na Amazônia.

Num levantamento do SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), realizado em 1979, mostra que estrangeiros possuem mais de cinquenta e dois mil imóveis rurais no Brasil, ocupando área superior a 9,7 milhões de hectares. Uma quantidade de terras, que somadas correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo juntos.

Na verdade, é mesmo provável que o SERPRO esteja ainda equivocado, pois, nessa soma, conta-se que Daniel Ludwig e seu projeto Jari, com aproximadamente um milhão de hectares, sendo que informações posteriores, revelaram a quantia de 3 milhões e 600 mil hectares, território não só superior a Holanda como também a cinquenta e dois países e seis Estados brasileiros.

Não tendo bastado a "esses salvadores da Pátria", entregar o setor industrial, agro-industrial, financeiro e tudo mais, aos imperialistas, resolveram, para mais eficácia da perfídia que promoveram, quebrar os monopólios que exercíamos em algumas áreas da economia nacional, que preservava os resquícios da soberania.

Pela ordem, concedo o aparte, com satisfação, ao eminente, ilustre e polido Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Polido não sei se sou, e eu agradeço a Vossa Excelência. Eminente, também não sou porque sou apenas um discípulo de Vossa Excelência. Eu só queria agradecer a Vossa Excelência, Deputado Tadeu Lúcio Machado pela gentileza em Vossa Excelência conceder o aparte a um Deputado talvez meio grosso. Mas queria dizer a Vossa Excelência, não fale muito sobre o problema de terras; porque existem secretários de seu partido, com uma área enorme de terras. Secretários com áreas enormes de terras no Acre. Existem homens que compraram terras, como todos puderam comprar, que foram beneficiados por este Governo que Vossa Excelência ataca. Vossa Excelência deveria ter um pouco mais de cautela, para que não ataque os seus companheiros. Para que não sejamos responsáveis por atacarmos e sermos taxados como "hidra de sete cabeças".

Vossa Excelência sabe que tem Secretário do Governo de Vossa Excelência que tem área incomensurável no Acre, que não são áreas multinacionais. Foram compradas com seu dinheiro, mas também fazem parte desta tese que Vossa Excelência está menosprezando. Se quiser, amanhã teremos os nomes, daremos nomes aos bois. Basta que Vossa Excelência requeira, exiga deste humilde, menos polido talvez que Vossa Excelência mas que também está ao par da situação no Brasil. Vossa Excelência, Deputado Tadeu Lúcio Machado, que respeito, não faça erros para que seus companheiros também não incorram no julgamento ou no pré-julgamento. Vossa Excelência tem um Secretário de Estado hoje, do grande Governador José Richa, um homem que ia aos palanques dizer ao Paraná que daria o 13º salário para o funcionalismo, que daria tudo para o funcionário público, mas até hoje só deu esperança. Nosso povo não vive de esperança.

Se Vossa Excelência exigir, trarei o nome dos homens que compõem o PMDB e seu Secretariado, com todas as provas de quantos mil alqueires e mil hectares eles também têm no Acre. Não atire pedras para cima, porque podem cair em sua cabeça.

Obrigado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Agradeço o brilhante aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel pela profundidade do conhecimento do assunto que tenho a oportunidade de enfocar neste meu pronunciamento e quero que Vossa Excelência participe sempre com o brilhantismo que lhe é peculiar, no meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência traz, na tarde de hoje, para este plenário e é importante que o seu pronunciamento não fique no monólogo, porque é tão importante o assunto que Vossa Excelência traz que enquanto o nobre Deputado apresentava estes fatos, ficávamos a imaginar a situação que ocorreu, que está ocorrendo ainda na Capital bandeirante. Lá, milhares de desempregados, no desespero, saem às ruas em protesto e mostrando a sua situação de desempregado. Pedindo, acima de tudo, emprego. Pedindo condição de levar o pão para

sua família.

O que Vossa Excelência traz é o retrato fiel de vinte anos de arbítrio, de vinte anos de desgoverno. E ainda existem aqueles, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, que querem que o PMDB nesta Assembléia fixe-se apenas no Governo do Estado do Paraná, por ser o PMDB Governo no Estado do Paraná, como o é, em outros Estados da Federação.

E quando Vossa Excelência traz um trabalho desta natureza, quando Vossa Excelência faz um pronunciamento desta grandiosidade, nós entendemos, que é importante, realmente, a participação no debate; que é importante que se tome conhecimento desses fatos, porque a partir do momento em que o PMDB, no Governo do Estado do Paraná, através dos seus Deputados, através dos Srs. Vereadores, se limitar apenas aos assuntos do Estado do Paraná, nós estaríamos relegando, inclusive, o próprio posicionamento do Partido; a própria linha de filosofia do PMDB, que é olhar para todos os setores da vida nacional. Chegamos, nobre Deputado, a uma situação caótica e o que Vossa Excelência apresenta é apenas um pouquinho, da grande falta de vergonha que existe em muitos escalões deste País e do Governo que está implantado neste País, pela ditadura, pela força e na amarra, traga fatos assim, Excelência; continue com estes fatos, para que o PMDB para que o nosso partido, possa continuar vivo, acesso e mostrando à Nação brasileira, os desmandos que se praticam numa área maior e que vêm refletir numa área menor, na área cá embaixo, onde o povo naturalmente sofre e sente na própria carne, o que se comete neste País.

Ainda há dias, nós víamos que os militares deixarão o Governo; voltarão para os quartéis. E eu acompanhava o pronunciamento de um Vereador da cidade de Maringá, Vereador Tércio Hilário de Oliveira; e ele dizia: "Agora que a vaca foi pro brejo", eles se recolhem e entregam para os civis".

Muito bom o seu pronunciamento, Excelência. Continuaremos a ouvi-lo com muita atenção.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Ferrari

Júnior, nós que tivemos oportunidade de assumir o Governo há poucos dias, e temos no nosso gabinete, dezenas de pessoas diariamente à procura de emprego; vemos os prefeitos a nos procurarem em situações desesperadoras; quando vamos às Secretarias de Estado, encontramos aquelas Secretarias em situações piores; quando chegamos ao Governador, o problema é sempre o mesmo; nós temos que parar e fazer uma análise séria, do porquê que existem estes problemas, num País como o nosso, de uma extensão territorial como a nossa, de um poderio e de uma capacidade, como nós temos, alguma coisa tem que ter produzido o problema em que vivemos hoje. E essas coisas nós procuramos sintetizar num pronunciamento, que reputamos como sério, como honesto. Um trabalho que não foi feito do dia para a noite, que exigiu pesquisa. Um trabalho que exigiu acima de tudo dedicação, não só de minha parte, mas de um grupo de assessores. Então, quando nós paramos e pedimos a atenção dos Srs. Deputados, é porque queremos um parlamento sério, porque queremos ver este Parlamento valorizado; e que queremos ver o Poder Legislativo forte; e só seremos forte, quando houver a participação séria, quando esquecermos os problemas particulares dos Secretários de Estado e formos ver o problema como um todo. Quando formos ver o problema da casa, do indivíduo, mas formos ver o problema da casa de todos os brasileiros. Então, é hora de ver o assunto pela ótica da seriedade, da descência, da honestidade, e fazer deste Parlamento, um Parlamento sério, em que Deputados sentem aqui, para discutir assuntos sérios.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e peço permissão para que eu o inclua nesse meu pronunciamento.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência permite outro aparte? (Assentimento)

Eu gostaria, numa homenagem, inclusive ao trabalho que Vossa Excelência fez, esse trabalho sério, trabalho de pesquisa e que toda a Bancada do PMDB acompanha com interesse, gostaria que Vossa Excelência, ao final do pronunciamento, solicitasse à Mesa, que cópia fiel desse pronunciamento fosse encaminhado a este Deputado.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu providenciarei.

Mas, continuando a análise, Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lendo):

"Monopólios estatais, como o do petróleo, quebrou-se pelo contratos de risco. Da exploração de urânio, quebrado pelo acordo Brasil-Alemanha, sem a efetiva transferência de tecnologia. Em troca da Alemanha, nos fornecer um número de usinas nucleares obsoletas, teria acesso às reservas de urânio.

Além de nos oferecer uma tecnologia para enriquecimento do urânio, não comprovada a nível industrial, pois, o método vem sendo testado há 30 anos, sem sucesso, lidaremos com reatores perigosíssimos, que de 1965 a 1976, sofreram 146 acidentes.

Caracterizou-se uma sucessão de escândalos, de um lado a outro, envergonhando a Nação que molha a camisa no suor da lida diária, para se ver entregue vinte e quatro horas por dia, aos vampiros imperialistas, mantendo nosso País numa miséria generalizada, custeando lucros gigantescos, associados aos coluius secretos com seus laçaios enterguistas.

Mais recentemente, o Regime deu provas à sociedade, de sua verdadeira identidade anti-nacionalista.

Proliferam os escândalos, como marca registrada do Sistema, CAPEMI, Baungarten, Delfin, envolvem ministros, instituições e altos funcionários, o que podemos ainda considerar apenas "ponta de iceberg", posto que, a verdade é sempre algo a se esconder neste modelo falido e senil.

Traição, é o substantivo mais qualificado, para definir os descalabros desencadeados após o golpe militar.

E o povo brasileiro empobrecido, desacreditado de tudo, não mais tem encontrado forças na esperança, fê no trabalho diligente para transpor as dificuldades geradas por esses insanos ganaciosos.

Tudo cheira à podridão, nenhuma instituição restou intata. Prostituiu-se a soberania, abastardou-se a sociedade, marginalizou-se o povo brasileiro, como saldo funesto dessas últimas décadas.

E quando dizemos que a tirania, como extensão indefinida de liberdade de alguns poucos, em detrimento de muitos outros, é a pior forma de sociedade, instalada no País em 1964; não temos dificuldades em providenciar evidências concretas.

É de consenso que, os ideais máximos dos homens públicos devem ser a defesa da verdade e liberdade. Liberdade sem a qual a verdade não pode ser apurada, verdade sem a qual, toda a atividade humana se torna mera escravidão da mente.

Em nos reportando a um pensador de adequada visão, no âmbito das tiranias e regimes de exceção, encontramos Demóstenes, que entre outras coisas, nos disse que "quanto mais se tolera um tirano, mais intolerável ele se torna".

A excelência dessa definição nos remonta à uma retrospectiva dos dezenove anos de arbítrio, que sem dúvida, nos colocou na insuportável posição em que nos encontramos.

Contudo, à semelhança de sementes em estado de latência, o sentimento de liberdade e soberania tem ressurgido no íntimo, no coração, e na mente do povo brasileiro ao calor insuflado pelas mensagens de esperança democrática, advindas do PMDB.

Nosso partido, sentinela da defesa dos direitos dos brasileiros, nesses anos todos, viu-se atacado, humilhado,

vilipendiado e impedido de promover esclarecimentos e medidas saneadoras.

O PMDB, último reduto daqueles que não se venderam, daqueles que não estamparam em seus rostos, o preço de sua honra, agora se vê eleito pelo povo, que reconhecido, nos presenteou à primeira oportunidade, com o Governo do Estado do Paraná e, acreditamos, nos reservará ainda, a Presidência da República, para renascermos juntos, com outro Brasil.

Reconhecimento de uma luta ímpar, para a reabilitação de nossas instituições prostituídas e profanadas.

Reconhecimento popular, a que, sem dúvida, verão espelhadas nas fileiras de nossos combatentes, as esperanças até bem pouco, inconquistáveis.

É triste, muito acabrunhante, observar a inabilidade com que os diretórios municipais discutem as diretrizes de ação, nas cidades onde nós representamos.

Em nossas visistas, pelos municípios que temos acesso, devido ao número de votos, sentimos a inexperiência, no trato com a democracia, costume salutar, abandonado pelo arbítrio dos ditadores. Nossa posição por vezes se confundia com a de professores, apaziguando o ânimo das partes, e conduzindo o diálogo para uma convergência democrática.

Temos desenterrado o debate, desentulhado a máquina da liberdade de opinião, além de promovermos as decisões segundo a maioria. Medidas estas, nunca fomentada pelos Governos Estaduais da "Revolução".

Assim, nossa missão caminha a passos largos, na composição com a liberdade, na luta pela estabilização do regime democrático, sem o que não se promove a felicidade de todos.

O movimento de 1964, inaugurou uma noite de décadas, levando o povo a uma cegueira total, a fim de que a espoliação internacionalização da sociedade produtiva, invasão da cultura e pulverização do sentimento de resistência nacional, se esboroasse. Causando chagas profundas em nossa nacionalidade, produzindo até mesmo, testemunhos de completa servidão, como a frase lapidar do Ministro das Relações Exteriores do Governo Castelo Branco, Juracy Magalhães, que disse: "O que é bom para os E.E.U.U. é bom para o Brasil".

Entre outros feudais modelares, encontramos um sem número de ministros, empresários, militares, diplomatas, todos o serviço do deserviço entreguista.

Nossa dívida externa, gerada pela péssima administração pública do Governo Central, beira hoje uns cem bilhões de dólares, pelos projetos faraônicos, e megalomaníacos, aliás, doença característica de tiranos.

Também, pelo ônus do combustível importado, o que seria possível contornar, com o álcool nacional, não fosse os misteriosos atrasos de seu programa de substituição. Pela sangria de dólares, que as multinacionais vampirizam do mercado, subornando facilmente a lei de remessa de lucros. Coroando o festival de excrescências, a "teoria da poupança externa", do Sr. Delfim Neto nos levou hoje à moratória de fato. Adornada que foi, pela última maxi-desvalorização do cruzeiro, esfacelando o resto das empresas brasileiras, que possuíam empréstimos no exterior, promovendo, assim as multinacionais, embaçadas no dólar.

Nada mais resta nessa política de "terra arrasada" deixada pelo Governo Central, senão um punhado de famélicos seres humanos, de rostos macerados, mãos descarnadas e lombos surrados, que se chama "povo brasileiro".

Mas cada um desses foi, sem dúvida, um voto de protesto e contra-revolução.

Representamos hoje um governo legítimo do PMDB. Contudo, os votos a nós concedidos estão banhados de suor e lágrimas. Das urnas, saiu o sentimento de indignação pelos maus tratos de tantos anos.

A dor, a angústia, a desesperança e a agonia votaram milhões de vezes, como a gritar pela paz, serenidade e confiança.

Vimo-nos elevados à categoria de sacerdotes da liberdade, tamanha confiança e fé depositadas em nossas mãos, pelo povo brasileiro que habita as terras do Paraná.

Por certo, não os desapontaremos.

Por certo, cumprimos o dever de restaurar a alegria nos olhos mirrados de cada criança, cada mãe e chefe de família.

Não descansaremos até que a "hidra" de 1964, seja sepultada para sempre e não faça mais que pertencer às páginas tristes de nossa História".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Esta Presidência tem a honra de comunicar a presença, nesta Casa, dos Srs. José Carlos Bastiani, Prefeito Municipal de Faxinal, do Sr. Alfredo Soni, Presidente do PMDB local, além do Vereador da cidade de Palmeira, Sr. Dalton de Freitas, Luiz Carlos Capraro, ex-Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, e, Dr. Frederico Barbosa, de Curitiba.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — (Pela ordem) Utilizo a palavra "Pela Ordem", Sr. Presidente, para fazer uma comunicação, que é no sentido de registrar que, na tarde de ontem, a Liderança do meu Partido fez a indicação, por escrito, à Mesa da Casa, dos componentes pela Bancada do PMDB, dos membros da CPI requerida, CPI da Saúde, requerida durante esta semana; como titulares, registrou-se a participação deste Deputado, do Deputado Nelson Vasconcellos, Deputada Amélia Hruschka, Deputado Sérgio Spada, e, como Suplentes, os Deputados Orlando Pessuti e José Antônio Fonseca.

Também solicitei a palavra, Sr. Presidente, para formular um apelo: no sentido de que, a Bancada do PDS, através da sua Liderança, nos encaminhe o mais rapidamente possível, evitando a prática que vem adotando em relação à CPI da falência dos municípios, de protelação, para que iniciemos urgentemente os trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Esta Presidência aceita o apelo de Vossa Excelência, e pede à Liderança do PDS, que faça a indicação dos representantes do seu Partido.

Concedo a palavra, no Horário da Liderança, ao Sr. Deputado Sabino Campos, do PMDB.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O Deputado Tércio Albuquerque usou da palavra, ontem, para tecer críticas com voz de democracia ao plano da Secretaria da Educação de realização de eleições diretas para escolha dos diretores das escolas.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Pela primeira vez, neste Estado, é tomada a iniciativa deste tipo. Nosso Governo, que assumiu há apenas vinte e dois dias, procura com agilidade cumprir com seu programa e princípios. Os democratas sonolentos que passaram as últimas duas décadas no poder, por força do arbítrio e da violência, despertam para exigir democracia.

De um lado, ficamos satisfeitos em ver a bancada do regime com este novo furor democrático, com esta vocação para o respeito à vontade popular inaugurada há poucos dias, melhor dizendo, após a derrota eleitoral que o povo lhe impôs nas eleições majoritárias de 15 de novembro. Esperamos que esta disposição democrática crie raízes verdadeiras.

De outro, lembramos aos Senhores Deputados da bancada do regime que a democracia não é algo para ser defendida apenas quando estamos em minoria. Exemplo é o de nosso partido e de nosso Governo que com maioria nesta Casa, no Governo do Estado por força dos votos da maioria, continua a pregar e a

praticar a democracia.

Do Deputado Tércio Albuquerque temos muito nítida a imagem do Deputado Estadual do Governo Ney Braga, candidato à reeleição, a perseguir diretores de colégio em Foz de Iguaçu porque não liam pela mesma cartilha política e ideológica do Deputado.

Lembramos que o Deputado Tércio Albuquerque, que agora verbera em alto e bom som sua crença de que a democracia é a melhor forma de escolher diretor de colégio de sua cidade, professora Eva Terezinha Vera, culpando-a pelas manifestações feitas por estudantes e pela população local contra a péssima situação do prédio do seu colégio.

Lembramos, com nitidez, e a imprensa está aí para avivar a memória, que o Deputado Tércio Albuquerque, hoje um novo democrata, usava e abusava em seu papel de comando político, essa invenção de governos autoritários que dá o direito a alguns políticos do Partido do Governo de nomear seus cabos eleitorais em funções públicas.

O Deputado Tércio Albuquerque, e espero que toda a sua bancada, despertou para a democracia depois da lição que o povo aplicou ao seu partido nas urnas de 15 de novembro.

Entre a nova democracia defendida pelo PDS e os antigos princípios democráticos que sempre orientaram o PMDB, fico com meu partido, que está provando na prática que cumpre seu papel. Os que agiram diferente na história terão que provar, além do discurso e das palavras, que na prática já não perseguem professores, que na prática são democratas.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Sabino, talvez não dê tempo, porque o seu tempo já é bastante exíguo. Eu não gostaria de tomar o resto. Mas é um assunto bastante completo e bastante complicado para se discutir com rapidez. Eu não sei há quanto tempo Vossa Excelência é peemedebista. Não conheço a sua região e não sei há quanto tempo Vossa Excelência milita no PMDB. Mas, eu dizia a Vossa Excelência o seguinte: se for falar em coerência, em bom senso, lamentavelmente o nosso partido é um partido com uma série de defeitos, mas ele ainda é melhor do que o de Vossa Excelência. Porque o de Vossa Excelência e se nós sustentamos o regime da ditadura, como falaram os seus companheiros há pouco, Vossas Excelências deram o aval, Vossas Excelências, fizeram o jogo da ditadura no mais negro tempo em que ela se implantou nesse País.

O partido de Vossa Excelência deu o tempo todo o aval, se constituindo como Partido político e participando ativamente do processo político brasileiro.

Graças a Deus, graças a alguns homens desse País, com realmente grande visão e grande espírito democrático, nós já não estamos nos mesmos anos negros da ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência comunica que o seu tempo está esgotado.

Consulta se concede mais tempo.

O SR. SABINO CAMPOS — Ele está pedindo mais um minuto, para completar.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eu não gostaria de tomar o seu tempo.

É que o assunto é realmente complicado para ser discutido em cinco ou seis minutos. Mas, eu gostaria de dizer, usando de franqueza. Eu comentava com o Sr. Deputado Basílio Zanusso, na área dele, por exemplo, da educação, ele sempre deixou que os professores elegessem o diretor. Hoje, o que acontece no governo de Vossa Excelência, é que a Associação não concorda com o processo que vai ser adotado. Então, Vossa Excelência há de convir comigo de que a promessa feita foi outra. Então, esse é apenas um dado, Sr. Deputado, para discutirmos com maior tempo, para vermos que o Partido de Vossa Excelência não é só cheio de virtudes como o nosso também não é só repleto de

defeitos.

Vossa Excelência tem culpa como nós também temos deste processo que já se instalou no País de 64 para cá e que graças a Deus, a partir da anistia, caminhamos celeremente para uma democracia plena.

O SR. SABINO CAMPOS — Agradeço o aparte e gostaria de dizer ao nobre Deputado que nós participamos do PMDB desde a sua fundação e que sempre tivemos coerência com o seu pensamento. A anistia veio e foi com muita luta e com muito trabalho que os homens...”

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Mesa comunica que o seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior, inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PMDB agora é culpado pela ditadura, pelo período de arbítrio; é culpado pelo desmando e é culpado por toda a safadice que existe nesse País.

Agora o PMDB é o culpado.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“O Governo do PMDB, em 23 dias de governo, começa a dar mostras do que realizará em quatro anos. Tomarei um exemplo que considero importante. A portaria determinando o fechamento da Amazonas Indústria e Comércio de Calcário, de Almirante Tamandaré, que desde 1979, impunemente, vinha poluindo a área urbana daquele município e influenciando na visibilidade de trechos da Rodovia dos Minérios.

A portaria determinando o fechamento da indústria foi instruída pela SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, vinculada à Secretaria do Interior. A fábrica de calcário fechada, transgredia há muito tempo, todas as normas estabelecidas para a preservação do meio ambiente. No dia 11 de março de 1982, depois de mais uma vez multada, a Amazonas Calcário comprometeu-se a instalar em noventa dias, filtros absorventes da poluição. Não cumpriu esse compromisso. Restou a medida saneadora: o fechamento.

O Governo que se instalou no Paraná com a vitória expressiva do PMDB nas urnas de 15 de novembro, tem um compromisso maior com a qualidade de vida da população. Antes dos interesses econômicos de grupos empresariais, está o interesse social. Foi esta concepção que presidiu este ato e presidirá, tenham certeza, todas as atitudes do nosso Governo.

Sempre que o bem-estar da população esteja ameaçado por qualquer iniciativa, o Governo tomará as medidas necessárias. Foram estes os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e que sempre orientaram o meu partido em toda a sua caminhada de lutas nos anos de arbítrio e violência contra a sociedade.

O plano de elevação da qualidade do meio ambiente no Paraná, desenvolvido pela nova direção da SUREHMA e pela Secretaria do Interior, deverá oferecer uma grande contribuição para restaurar as condições que o Paraná já teve, de Estado com boa qualidade de seu meio-ambiente, e que nos últimos anos veio se degradando pela atividade de agentes poluidores.

Nosso total apoio à medida da SUREHMA e da Secretaria do Interior.

Nossa compreensão de que será esta a política a orientar o nosso Governo.”

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O outro assunto que eu gostaria de abordar nesse horário da Liderança do PMDB, nós havíamos, a exemplo do Deputado Tadeu Bento França, a exemplo possivelmente de outros colegas desta Casa, recebido o convite para o enlace matrimonial na

Cidade de Itambé do filho do Vice-Prefeito da cidade de Itambé, filho do Mário Forastiere, o jovem Nivaldo Forastiere, de 25 anos de idade. E estávamos preparados para esta festa, evidentemente, como estava preparada a cidade de Itambé.

E ontem, a violência, esta repugnância que é a violência, a falta quase que total de atenção de um policiamento eficiente nesse Estado do Paraná, fez com que mais uma vida sucumbisse.

O noivo Nivaldo Forastiere, de 25 anos de idade, foi assassinado ontem, na cidade de Maringá, quando estava dentro do seu carro em frente à casa da costureira, a sua noiva experimentando o vestido de noiva, ele foi convidado a vê-la assim vestida, disse que não iria porque daria azar ver a noiva antes do enlace e não foi e ficou no carro. Ali foi assaltado por dois elementos e assassinado.

É preciso e clamo desta tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, e sei que todos os Deputados, todos os Deputados desta Assembléia clamam também, por uma maior segurança no Estado do Paraná. E eu, particularmente, tenho certeza que em nome de Tadeu Bento França, em nome de Luiz Gabriel Sampaio, clamo aqui, por maior segurança policial na cidade de Maringá, que está já virando uma vergonha nesse setor.

As famílias não têm sossego; a todo momento; há crimes e assassinatos, e a polícia mostra-se impotente.

Eu não criticaria de imediato o atual Secretário da Segurança Pública, mas o farei, em breve espaço de tempo, se atitudes importantes não forem tomadas. Não o critico agora porque evidentemente ele está a assumir a sua Pasta, mas o criticarei dentro de alguns dias, se medidas saneadoras não forem tomadas por esta Pasta. Eu sei que todo o Estado do Paraná, mas aqui, falando em termos de cidade de Maringá, que representamos a exemplo de Tadeu França e de Luiz Gabriel Sampaio, Maringá, no setor polícia, é um verdadeiro caso de polícia e a população espera dos seus representantes, que alguma coisa venha a ser feita em benefício da população. Para que outros Nivaldos Forastieres, não tombem como tombou este jovem à véspera do seu casamento.

Tem o aparte o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço a Vossa Excelência e fico envaidecido ao ver a juventude clamar por justiça, ao ver homens da sua intelectualidade, homens do seu gabarito, homens da sua posição a defender a verdade. Quero me parabenizar com Vossa Excelência. Quisera dizer isto do Governador de São Paulo, que sua polícia ficou a observar os desmandos e o Secretário da Segurança não teve autonomia e nem autoridade para dar um paradeiro ao quebra-quebra, em São Paulo. Que Deus, em sua infinita bondade e misericórdia, nobre Deputado, ouça as suas palavras. Porque faz vinte e poucos dias que o vosso partido já domina a Polícia Civil e Militar do Estado do Paraná. Quisera Deus que os famigerados policiais que não atendem a sua voz e o calmar de homens como Vossa Excelência, pensassem um pouco.

Porque diz o adágio popular que “errar é humano e perdoar é divino”. Vossa Excelência vê, hoje, o erro em que está incorrendo o Secretário da Segurança a não dar tranquilidade para Maringá, ao ver um companheiro seu, um amigo seu ter sua vida ceifada. E é por isso que eu quero parabenizar-me com Vossa Excelência, Continue assim, para que não mude o rótulo e a bebida seja a mesma. Para que não mude, Sr. Deputado, esta conotação política que Vossa Excelência e o Deputado Tadeu Lúcio Machado deu ao Brasil, para que não mudem, ao dizer que os militares já vão tarde para o quartel, mas antes tarde do que nunca.

Se não fora os militares de boa fé de e boa vontade, nós não estaríamos aqui expondo a nossa idéia, como está Vossa Excelência. Muito obrigado pelo aparte e continue assim, exigindo dos seus companheiros, exigindo do Sr. Secretário

da Segurança que dê tranquilidade e paz para a sua cidade.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado, Sr. Deputado Gabriel Manoel. Não tenho dúvida, Vossa Excelência, não tenham dúvidas, Srs. Deputados, que estaremos nesta tribuna com a mesma veemência sempre que o caso exigir. Não é porque o Governo do Estado do Paraná está entregue hoje nas mãos do Sr. José Richa, do nosso Partido, o PMDB que nós deixaríamos de trazer à baila um assunto como este.

Agora, eu disse há pouco: não posso e ninguém pode nem os Senhores do PDS, evidentemente, culpar o atual Secretário que assumiu há dias. Eu prefiro também, não culpar o anterior Secretário e não culpar ninguém porque é um assunto que dói e machuca dentro do peito da gente. Mas, é preciso que se clame, para que o Governo do Estado do Paraná, hoje nas mãos do PMDB invista mais na Segurança Pública. Porque o próprio policial é mal pago, e quase, são tantos os policiais no Estado do Paraná que mal ganham para o sustento de sua família. O policial tem que ser bem pago para não se corromper. As delegacias de polícia têm de ser bem equipadas para poder, realmente, combater o crime. A situação nacional, a própria situação econômica nacional precisa ser mais amena para que o índice de criminalidade caia também.

Então, são tantos assuntos que eu não creio que no pouco tempo que me resta, dentro do pouco tempo que eu tenho para usar da palavra, poderia debater. Este assunto, por certo, seria debatido num tempo muito maior e seria bom que isto acontecesse e que brevemente a gente possa fazer.

Mas, gostaria, de mais uma vez, clamar ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná para que olhe com atenção para este setor do Estado e que olhe para Maringá para que olhe com atenção para este setor do Estado e que olhe para Maringá, para a sua região. Lá a coisa está feia, a situação está horrível, a população está assustada, está com medo, única e exclusivamente pela inoperância do setor de segurança que lamentavelmente deixa o nosso povo nesta situação e faz com que um jovem como este, na flor da idade, às vésperas do seu casamento, seja também vítima de um crime hediondo como este que ocorreu na cidade de Maringá.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

O SR. FERRARI JÚNIOR — Rapidamente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio, porque o meu tempo está no final.

O Sr. Gabriel Sampaio — Sr. Deputado, é somente para solidarizar-me com Vossa Excelência sobre os lamentáveis acontecimentos ocorridos, lamentáveis sob todos os aspectos. Vossa Excelência, realmente interpreta com muita clareza o pensamento da população de Maringá. Nós fazemos das suas as nossas palavras. E Vossa Excelência também, já Deputado Ferrari Júnior, dá a solução ao problema. Porque realmente o que Vossa Excelência falou é perfeito. Eu falei isso há algum tempo atrás, Precisamos, de uma vez por todas, encarar de frente o problema policial, o problema da segurança pública do Paraná. A polícia do Paraná é a que pior recebe no Brasil. Recebe menos do que a polícia do Piauí...

O SR. FERRARI JÚNIOR — E mal equipada.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência sabe disto. Precisamos mais homens na Polícia Militar e na Polícia Civil e precisamos pagar, pelo menos, mais condignamente. Seria o caso de sugerir que convocássemos, para a Comissão de Segurança Pública da Assembléia, o próprio Secretário para que pudéssemos discutir...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Claro, por que não?

O Sr. Gabriel Sampaio — ... Com os Deputados. Talvez seja uma

das alternativas para o problema. Vossa Excelência tem meus parabéns, meu abraço e Maringá realmente sente-se orgulhosa de ter Vossa Excelência na Assembléia.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — No horário destinado ainda, à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos fazer nossas, as palavras do Deputado Ferrari Júnior, sentindo o drama, a vítima da violência, sentindo o quadro lamentável onde nós estamos, infelizmente, situados.

Srs. Deputados, mas além deste quadro, nós que estamos acompanhando de perto e passando por Secretarias, passando por órgãos de Estado, mais do que nunca sentimos a que situação a que conduziram o Paraná, a nossa terra. Muitos pedidos muitas esperanças de líderes do interior que aqui chegam, na esperança de levar pelo menos uma pequena resposta para os problemas de seus municípios, e todos nós naquela angústia, naquela asfixia, naquela carência, nesta terra tão fértil, no Paraná cantado por suas riquezas... a tal ponto que afirmamos e reafirmamos aquilo que dizíamos: viável o Paraná ainda, porque apenas viável, a esperança.

Viável é São Paulo, o Brasil, porque a esperança é viável.

Temos notícia da violência e estamos acompanhando em São Paulo. E todo um esforço do Governo Federal, tentando julgar em vinte dias a culpa a um Governo do Estado, pelos crimes e omissões durante vinte anos de governo.

É por esta razão que não podemos ficar calados, de forma alguma; que quando entregaram, abriram nossas veias às multinacionais; que quando foram loteando os nossos minérios aos interesses americanos, principalmente; que quando foram decretando sangrias contra nossa soberania; que quando selaram o nacionalismo; que quando os pactos foram feitos de toda e qualquer espécie, não pudemos dizer outra coisa se não, é lamentável que um democrata, como o Governador de São Paulo, tenha herdado uma situação de quase quinhentos mil desempregados.

É profundamente lamentável que o latifúndio tenha condenado à fome o nosso homem da terra. A tudo isto, Srs. Deputados, não era o PMDB que estava no Governo. É a mesma história, o PMDB poderia ser “um rato ao lado do gato”, na linguagem figurativa. Não é o rato o culpado pela fúria do gato, de forma alguma. Não é o PMDB quem foi fazer negociatas e entregar nossas maiores riquezas ao capital estrangeiro. Por isto tem que ficar bem claro e não podemos aceitar quaisquer imputações inconseqüentes e improcedentes.

Mas, voltando ao nosso tema, o Paraná.

Estamos encaminhando à esta Mesa, à esta Casa, um requerimento, em que a exemplo de tantos outros setores que já estamos focalizando a nível de bancada, nesta Casa, também reflete problemas. É sabido que o problema de um Governo, em grande parte, é questão de patriotismo. Porque se não fosse isso, nós não entenderíamos, como ao despedir-se de um Governo, remoções de professores foram fabricadas em grande número, sem critérios, de tal maneira que nós temos hoje nos municípios de médio e grande porte no Estado, para cada vaga, temos três professores que querem trabalhar; mas que ali estão e não existem aulas, mas que o Governo permitiu que eles fossem para lá.

Temos funções como administradores prediais, que não se justificam; comunicadores de alunos, que também não se justificam. Numa tentativa de acobertar ou criar a política de favores do passado; temos em nossas portas, dos nossos gabinetes, Prefeitos Municipais, pequenas cidades de

onde saíram padrões de professores efetivos do Estado e que estão arcando com a quase totalidade da folha de pagamento de professores sem ter recursos para tanto.

E estamos pedindo sim, ao mesmo tempo em que fazemos nossas, como sempre fizemos, as bandeiras junto do magistério paranaense. Estamos pedindo que se proceda um levantamento, que os excedentes na área do magistério sejam deslocados; mesmo que compulsoriamente para os pequenos municípios, onde está vaga, onde se faz necessária a atuação do professor da rede estadual de ensino.

O professor precisa ser valorizado. Mas nós temos, que pelo nosso exemplo, através de um Governo que se propõe, e com coerência e quando aqui o Deputado Sabino falou em lista tríplice, ele fora combatido por isso.

Creio, Deputado, que neste instante vale a pena parabenizá-lo e eu o parabenizo. Acho que só vale, só pode criticar, quem apresenta uma solução melhor. E a solução do caciquismo do passado não era melhor do que a lista tríplice que o magistério do Paraná sempre pediu ao Governo. Por esta razão nós dizemos: queremos fazer tudo para que o professor tenha melhor salário; para que ele tenha aquilo que a nível de lei trabalhista se concede ao trabalhador em geral; mas, é preciso mais do que nunca, que o magistério do Paraná compreenda o esvaziamento dos pequenos municípios; que aqueles padrões que foram para outros centros, sem ter vagas, às vezes, para acobertar, para criar uma política de favores que não se justifica, gerando um drama incalculável para os pequenos municípios, tem que ser sanado, precisa ser sanado. É por esta razão que esta situação não pode ficar como está. E em nosso requerimento, pedimos ao Governador do Paraná, pedimos à Secretária de Educação, que analise de fato. Já sabemos que aproximadamente para cada aula ministrada no Estado do Paraná, o Governo está pagando, três. Duas fictícias, para uma real, nesse quadro que foi gerado pelo Governo anterior! Não há como melhorar salários, não há como poupar os recursos escassos dos municípios.

Não podemos, e seria uma indecência, propor remuneração por um trabalho que não está sendo realizado. É por esta razão que nós afirmamos: — embora a lista tríplice não seja a solução última, ideal, é uma solução de transição, com falha, sim; mas é um passo decisivo, rumo à caminhada maior, que é a democratização plena do ensino. Por isso, nós somos totalmente favoráveis. Seria muito mais cômodo e falaria muito mais de perto à nossa vaidade como Deputados, chegarmos num município e tirarmos do bolso o nome de um diretor de colégio, como era praxe no governo anterior. Seria muito mais cômodo. Mas, não. Queremos ouvir a comunidade.

Será que pode criticar uma tentativa intermediária sim, de solução democrática; quando no passado, o diretor nada mais era do que um apadrinhado do Deputado?

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Apenas para tirar uma dúvida. Ainda tenho certas dúvidas a respeito de como funciona a lista tríplice. Uma suposição, nobre Deputado, vou procurar ser rápido: — que haja, uma eleição, num colégio; um determinado cidadão, professor, tem a quantia de quinhentos votos; outro tenha dez votos; e outro cidadão, cinco. Será nomeado o cidadão que teve os quinhentos votos, ou não?

O SR. TADEU FRANÇA — a lista chama-se tríplice. Então, dentro do critério instituído, três nomes virão. É claro que a legislação virá para esta Casa e todos os Deputados vão analisá-la atenta e cuidadosamente; não existe um compromisso de ser o mais votado. Mas nós, como democratas, queremos fazer todo o possível, para seguir e respeitar o critério da manifestação comunitária.

Nisso não de forma alguma, qualquer tentativa de

modificar ou mesclar a lei. Como professor que sou, pedimos a lista tríplice, sabendo que pode ser o primeiro, segundo ou terceiro. É um bom senso, creio, Sr. Deputado, que não é perfeito o sistema. Por isso, que eu dizia é uma transição, é uma caminhada para a democratização, mas, muito mais perfeito do que eu como Deputado ou Vossa Excelência ou qualquer Deputado aqui, chegar lá e a seu belprazer nomear um diretor, tenha a certeza absoluta de que demonstra o bem-estar de que pelo menos 70%, em termos de maior perfeição daquilo que existia antigamente.

Lutaremos sim, pela plena democratização do ensino, é nossa bandeira. Mas, nós queremos que nessa caminhada passo a passo, só tem moral para criticar, quem no passado provou ser portador e defensor de uma proposta que foi melhor. E sabemos que não foi esta a proposta de comandos políticos do PDS.

O Sr. Gabriel SManoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TADEU FRANÇA — Não terei tempo, quero apenas concluir. Vossa Excelência que um é grande Deputado, certamente um dos Deputados mais brilhantes da Bancada do PDS nesta Casa. Um porta-voz sublime das maiores luzes que a Assembléia já possui na sua história.

Srs. Deputados, pretendemos através de um remanejamento equacionar um problema que está sendo vivido pelos nossos pequenos municípios e o que é maior, testemunhar através do próprio exemplo a nível de Governo do PMDB, o anseio qual seja atender as reivindicações do magistério tanto quanto possível, mas, pedir em contra partida que os professores do Paraná, também sejam aquela resposta de trabalho pleno, onde quer que se faça necessário este trabalho.

Sr. Presidente o Deputado Osvaldo Furtado, gostaríamos de saber qual o tempo que nos resta, ao Deputado Osvaldo Furtado, que nos solicitou.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. OSVALDO FURTADO — Sr. Presidente, primeiro um apelo à Assembléia para que veja a situação desses funcionários deste Poder que fazem hora extra e não recebem isto. Segundo, leio o seguinte requerimento. (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que o mesmo providencie a liberação de verba no valor de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para pagamento das Senhoras Professoras de Tapira, que estão com seus vencimentos atrasados em 6 (seis) meses.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1983."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Esta Presidência acusa a presença nesta Casa, com muita honra, o Prefeito Municipal de Araruna, Osvaldo Valarine, Prefeito Municipal de Iretama, Humberto Gomes Martins; Presidente da Câmara Municipal de Iretama, Goiter Alves de Oliveira; Prefeito Municipal de Mamborê, Sr. Ivo Moreto.

Esta Presidência consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Jorge Maia, em nome da Liderança do PDS, por 10 minutos.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sei se felizmente ou infelizmente, começa a revoadada dos pombos.

Outro dia, o Líder do PDS disse que esta Casa tinha passado uma tarde negra. Seria plágio que eu falasse hoje, desta tribuna, que, ontem, o Palácio Iguaçu passou uma noite clara! Porque não sabemos como decifrar ou como relatar os acontecimentos que chegaram a este Deputado, hoje pela manhã.

Se eu fosse fazer um requerimento, Sr.

Presidente, eu começaria assim:

"Curitiba, 6 de abril de 1983.

Local: Palácio Iguaçu.

Assunto: Expulsão do Gabinete do Governador José Richa, de um Prefeito do PMDB.

Autor: Governador José Richa".

O Prefeito da Cidade de Cambira, vizinha cidade de meu município, o Sr. Florindo Piccoli, Prefeito Municipal eleito pela vontade popular, no dia 15 de novembro de 1982, pelo PMDB, esteve, ontem, em audiência programada para às 15:00 horas da tarde, no Palácio Iguaçu, com o Sr. Governador José Richa, juntamente com todos os Prefeitos da região do Vale do Ivaí.

Foram recebidos pelo Sr. Governador exatamente às 22:00 horas.

Não sei se existiu má organização da Casa Civil ou existiu, na realidade, trabalhos do Sr. Governador.

Ficamos com a segunda hipótese.

Relatava-me, hoje pela manhã, o Prefeito de Cambira que, ao iniciar-se a reunião com os demais Prefeitos e o Governador, começava ele a levantar problemas existentes em sua cidade e em seu município. Falou sobre o problema de saúde, problema de transportes e problema de policiamento, problema da COPEL. Enfim, todos os problemas que o município tem, até chegar ao problema ou assunto do momento que é a lista tríplice.

Isto relatado pelo Prefeito do PMDB.

Ele falou ao Sr. Governador do Estado como procederia as eleições: se um cidadão pudesse ter 700 votos e ser do PDS, - ou não ser favorável às idéias dele, - e outro cidadão tivesse apenas 1 ou 2 votos.

O Governador, então, respondeu que aquele seu cidadão de 1 ou 2 votos é que levaria o crivo para ser o diretor da escola. E ele não concordou, e, inclusive, está gravado nos "tapes" de canais de televisão, que ele não concordava com este tipo de democracia que o Governador José Richa está impondo às direções de escola.

Diz ele, repetindo as palavras do Líder do PMDB: que esta democracia - e que o Líder do PMDB diz que é uma ditadura nojenta, sangrenta e assassina - mesma coisa este Prefeito do PMDB disse e está gravado nos canais de televisão, que "a democracia imposto pelo Sr. José Richa também é uma democracia nojenta e assassina, que não dá o direito de ser eleito aquele que tem maior quantidade de votos".

Respondido isto o Sr. Governador, simplesmente respondeu àquele Prefeito: se o Sr. não tiver condições de ganhar uma eleição em sua escola, Prefeito, renuncie a seu cargo!

Ora, nobres Deputados!

Esta é a resposta que um Governador dá a um Prefeito eleito, meu adversário político mas, um homem digno, honrado e que trabalhou com todas as forças de sua alma, para ganhar uma eleição, para prestigiar o Sr. José Richa?

E é esta, a resposta que ele recebe, na sua primeira audiência?

Srs. Deputados, vou mais além:

O Sr. Governador começou a insistir em sua tese, então, quando o Prefeito insistiu em sua tese, o Sr. Governador virou-se a este Prefeito, Sr. Florindo Piccoli, seu amigo de ontem do PMDB, e falou:

— Prefeito, o Sr. está perturbando a reunião. Por favor, retire-se do meu Gabinete!

E foi mais além: o Prefeito não só retirou-se do

Gabinete, como também retirou-se do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. É o primeiro de uma série de dezenas que virão, porque as mentiras estão aparecendo, porque o respeito humano não está sendo respeitado! Onde estão os direitos humanos? Onde está a liberdade?

(Diante de vários pedidos de apartes, simultâneos, o Sr. Deputado Gabriel Manoel pede a palavra pela Ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Solicitaria a Vossa Excelência, que assegurasse a palavra do orador que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) Esta Presidência apela aos Srs. Deputados, que, respeitem o orador que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) Esta Presidência apela aos Srs. Deputados, que, respeitem o orador que se encontra na tribuna.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Deputado Ferrari Jr., dei 20 minutos da Liderança, tão democrata que sou; falarei meus 10 — darei meus 10, para o Deputado Gabriel Manoel; se nenhum Deputado do PDS quiser os outros 10, eu os darei a Vossa Excelência.

O Sr. Ferrari Júnior — Solicito um aparte, Excelência.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Então Vossa Excelência tem o aparte.

O Sr. Ferrari Júnior — Muito obrigado.

Nobre Deputado Jorge Maia, ato nº 1:

Vossa Excelência disse que a audiência fora marcada para 17,15. Porque essa estória de “ouvir dizer”, pega mal. Vossa Excelência disse que terminou, que a audiência foi feita às 22,30; também não foi, foi às 22,00. Vossa Excelência disse que se falou em saúde, nessa discussão; também não se falou em saúde.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Vamos para o diálogo.

O Sr. Ferrari Júnior Vossa Excelência disse que o cidadão retirou-se da sala do Governador.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Não disse.

O Sr. Ferrari Júnior — Ora, Vossa Excelência disse.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu disse que o Sr. Governador pediu ao cidadão, que ele se retirasse.

O Sr. Ferrari Júnior — E que eles retirou-se.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu disse que ele saiu e ele não se retirou enquanto não terminou a reunião.

O Sr. Ferrari Júnior — Bem.

Então eu retiro essa parte, Excelência.

O SR. JORGE MAIA FILHO — E por favor, retire o primeiro - questão de 30 minutos, defendi o seu Governo ...

O Sr. Ferrari Júnior — Excelência, não vou fazer a defesa do Governador José Richa, em primeiro lugar, quero dizer isto. Vou ouvir, vou acompanhar atentamente a situação, e, se for o caso, Excelência, farei a defesa.

Agora, veja bem, o que não pode, é, na base do “ouvi

dizer”. O que acontece - e não tem conotação alguma com Vossa Excelência - é que, a hiena tem por hábito, comer porcarias, e morrer de rir, ela fica “louca da vida” rindo, porque comeu porcarias. Parece que estamos vivendo a estória da hiena. “Porque eu ouvi dizer, vou fazer festa”. Eu ouvi dizer.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Deputado, eu rio como uma hiena, e Vossa Excelência se alimenta como uma hiena. Não admito mais insultos.

O Sr. Ferrari Júnior — Mas Vossa Excelência ouviu dizer?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Não ouvi dizer, quem me disse foi um digno Prefeito da minha região, não ouvi dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Diante de manifestações de Srs. Deputados: Solicito a colaboração dos Srs. Deputados.

O Sr. Ferrari Júnior — Estou com o aparte, por isso estou dizendo, Sr. Presidente. Se ele me cassar o aparte deixarei de falar, evidentemente.

Para concluir: outros Deputados que estiveram também naquela reunião vão também se manifestar em aparte e Vossa Excelência vai ver que não foi bem assim essa história, que há muita diferença na história contada.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno) — Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, pelo espaço de 10 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

é triste, lamentável, mas é salutar ouvir esses debates das duas Bancadas, homens que estão voltados para o bem-estar do Paraná e de sua gente; mas é lamentável, Sr. Presidente, a farsa da lista tríplice. É preferível dizer como nós dissemos desta tribuna: “manda quem pode, obedece quem precisa”. Hoje, quem manda é a Senhora Secetária da Educação; hoje quem manda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná, é o Governador José Richa dentro de suas atribuições.

Então, a lista tríplice é uma farsa que o povo não vai engolir, porque seria muita pretensão nossa querermos que um companheiro nosso continuasse à frente de uma direção de escola.

Seria muita pretensão, diante da humildade do povo paranaense, de nossa visão das coisas políticas, querer impingir para esse, sistema e espero em Deus, seja o verdadeiro, para que esse sistema, não seja o falso messianismo; para que esse sistema, Sr. presidente, peço uma ressalva aos Srs. Deputados, ao agredirem todos os Prefeitos do PDS e da ARENA, porque dentre eles, como digno que foi Ney Braga, como digno que foi Paulo Pimentel, também o grande amigo e companheiro que ajudou a eleger este Governo implantado a 15 de novembro nas eleições.

Este homem, que não é respeitado e nem sequer é tocado o seu nome na tribuna: que se chama o grande Governador Jayme Canet, este homem, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, da “casca de ovo”, homem que vocês, daquela tribuna, e nós dentro da humildade peculiar dos homens do interior, o defendíamos. Hoje, não defendemos sem falsa modéstia, porque dele nós precisamos e o Paraná precisou, mas para nos eleger, tivemos a inspiração neste grande paranista que é Jayme Canet, que hoje é marginalizado e é repudiado por muitos homens da Situação. Este é um homem posto às feras, é posto no rol dos antigos Gover-

nadores que nada fizeram pela democracia paranista. Este homem Presidente, Srs. Deputados, é um homem que levado ao Governo do Estado, pelo nosso partido e orientado pelo grande Governador Ney Braga, foi um dos melhores Governadores do Paraná, e quiçá, o Governador José Richa faça 10% do que Canet fez pelo Paraná.

E é isto que me entristece, que me desencanta, é isso que me lembra um provérbio dos árabes: "ladram os cães, a caravana passa". E o Canet há de passar, mas há de ficar afixado na memória dos paranaenses que cruzam este Paraná de Norte a Sul, na memória de um adversário político aqui desta tribuna que sem medo, vem aqui defendê-lo, como fizemos por quatro e oito anos, porque este paranista está esquecido, as patrulhas o esqueceram, este paranista nem sequer é mencionado daquela tribuna, onde ele era atacado a quatro anos atrás, onde ele era vilipendiado e nós, dentro do complexo de defesa do Governo sério, o defendíamos com nossos companheiros de bancada.

É este homem, Deputado Tadeu Lúcio Machado, "da casca de ovo", é este homem que faz Vossa Excelência ir a Santo Antônio da Platina no asfalto, este homem que cooperou em oitenta por cento para a vitória do Sr. José Richa. Este paranaense que nós temos que dar valor.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Não, eu só quero agradecer Vossa Excelência pelos elogios que faz ao grande companheiro Jayme Canet Júnior. A nossa Bancada toda agradece.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, amigo querido que eu admiro, tem a memória curta. Quantas e quantas vezes Vossa Excelência atacou nosso querido Governador Jayme Canet, hoje, Vossa Excelência agradece. Os fatos se repetem. E nós, na trincheira da democracia, não o atacamos hoje por ser nosso adversário, como não atacaremos o Governador Richa e por acaso ele fizer um governo que chegue pelo menos à sombra do Governo Canet.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço o aparte, logo de início, e quando o solicitei, era para expor a minha opinião, a minha idéia sobre o assunto, era para expor que, inicialmente Vossa Excelência abordou com referência e que foi um assunto também, levado pelo eminente Deputado Jorge Maia, que trouxe-me ao conhecimento que um Prefeito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, já saiu descontente com o seu Governador. E, pelo que eu ouvi, se ainda não fez, deve fazer o seu desligamento partidário.

Isso tudo, nobre Deputado, leva a nós paranaenses, independentemente de partido, a uma grande e profunda preocupação, pois nós não conhecemos na história, de que no primeiro mês de Governo, de qualquer partido, alguns de seus companheiros e principalmente aqueles que exercem também em função, ativa política, tenham rompido com o Governador. Porque é preciso muita coragem para um Prefeito proceder, num início de Governo.

Ou então, é necessário também, uma razão muito forte, para que possa levar um homem público a uma atitude dessa natureza. Agora, o fato em si, eu não quero analisar porque desconheço as razões que levaram o Governador a discordar desse Prefeito, e este a discordar do Governador. Mas, o sintoma é de que poderá haver neste Paraná, um desentendimento daquilo que a gente já apregoava há dias, e que eu, num pronunciamento feito desta tribuna, levantei a minha apreensão pelo comportamento dos primeiros passos do Governo do PMDB, que é este governo arco-íris, onde

há várias idéias, onde há vários interesses se conflitam e nós não sabemos qual deles vai prevalecer. E aí está a "Pressividade" do Paraná, com todos os seus paranaenses. Independentemente de Partido. Pois, se um Governo há nos seus primeiros passos, começa a perder companheiros, começa a criar problemas de ordem política e, conseqüentemente, administrativo, nós podemos antever, de que este Paraná ao continuar assim, fica bem claro, vai ficar num desmando total, num desentendimento total.

Não se pode governar, prezado Deputado que ocupa a tribuna, sem ser com idéias sinceras e limpas ao povo, Se se pretende retirar o mando político, que se faça de fato, porque palavras somente não vai provar ao Paraná, que o Governo José Richa não vai exercer o seu mando político. Nos governos que outrora pertencemos, inclusive do grande Governo de Jayme Canet, que Vossa Excelência elogia e o faz com propriedade, porque sempre fez essa mesma coisa. Nós não desconhecemos o trabalho desse grande paranaense. No seu governo onde tinha um mando político rijo, duro, mas era declarado e aberto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência comunica ao orador que se encontra na tribuna que os dez minutos cedidos por sua Liderança, estão esgotados.

O Sr. Donato Gulin — A Liderança concede mais dez minutos ao Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, por mais dez minutos, o Deputado.

O Sr. Augusto Carneiro — O mando político que era exercido no Governo Jayme Canet, era um mando político rijo, duro, declarado, sincero, aberto, onde todos nós, que exercíamos o mando político, tínhamos que ter critérios adequados, sérios, sinceros, abertos, para que os nossos municípios pudessem apresentar delegado de polícia, chefe de trânsito, diretor de DER, mas sempre feito uma escolha com critérios, onde pudemos sempre associar a conveniência política com a competência. Nunca vi nenhum companheiro, principalmente na minha região, aqueles que me antecederam na vida pública, a fazer um padrinhesco político como eu tenho verificado agora neste governo tão aberto e tão ruim eu acho, para o Estado.

É preciso olhar a competência dos homens que exercem determinadas funções, associando isto à conveniência política, tão simples para quem quer abertamente fazer um bom trabalho. No Governo Ney Braga foi exercido o mando político da mesma forma. E agora, dizer que vai-se extinguir o mando político, mas, no entanto, aplicar listas tríplices para que depois, dentro desta lista tríplice venha aquele que verdadeiramente interessa, tentando enganar quem sabe por palavras. Mas pode enganar somente aqueles que não têm vivência e que não têm compreensão das coisas.

Mas, aqueles que compreendem o que é uma vida política, já vêm com a maior clareza possível que isto é apenas uma ilusão. E nós, prezado Deputado, pedi um aparte e estou usando muito do tempo de Vossa Excelência. Quero dizer que ainda vamos ocupar esta tribuna, para apresentar aqui, fatos concretos de que o mando político agora vai ser mais rigoroso do que antes, e que os homens que estão ocupando e sendo nomeados em funções importantes, ficam muito aquém dos que outrora ocupavam. Muitos deles, vamos dizer, e eu terei oportunidade para isso e agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero responder ao eminente companheiro Augusto Carneiro, que parafraseando Lincoln disse uma grande verdade, não se ilude um povo por muito tempo". Vossa Excelência, Deputado Augusto

Carneiro, bem posicionou o seu pensamento e é com devido respeito aos homens que querem o bem do Paraná e de sua gente, é com o devido respeito ao passado é com o respeito devido, Deputado Augusto Carneiro, meu Presidente, meus Deputados, imprensa do meu Paraná, que haveremos de pedir a douta Bancada do PMDB que respeitem, pelo menos, um dos maiores Governadores que passou pelo Paraná e não o ponham no rol de sua sanha, de tripudiar, que não ponham, Srs. Deputados e Sr. Presidente, o grande Governador Canet que ajudou a eleger o Sr. Governador, que deu ênfase político-monetário, para a campanha do atual Governador José Richa. Que, mesmo que não seja lembrado da tribuna dos tiranos, mas pelo menos que seja respeitado o seu nome, ao ser incluído nos vinte anos de desatino, no pensamento de Vossas Excelências, dos Governadores do Paraná. Que não seja incluído, porque o respeito, Sr. Presidente, o respeito, Srs. Deputados, há de imperar nos homens de bom senso e no povo de boa vontade de meu Paraná. É por isto que me revolta ao ver alguns Deputados, do partido governista, irem à tribuna e atacarem todos os Governadores.

Não precisam fazer apologia de Jayme Canet Júnior, mas precisam fazer justiça para o homem, que eu, como paranaense, muito devo, que o Paraná deve esta malha rodoviária grandiosa. O Sr. José Richa, com tudo o que possa fazer, não vai fazer dez por cento do que fez o grande Governador Jayme Canet Júnior, indo à governança do Estado.

É isto que me revolta, que me deixa muitas vezes triste e, talvez, pensando que meus pensamentos são superados ao ver a grande injustiça, ao ver Deputados do atual Governo, irem à tribuna e dizer que todos os Governadores que antecederam José Richa foram deficientes, foram incompetentes, foram inoperantes. É isto que me revolta, que me deixa triste, porque a pior coisa é a ingratidão. Onde está a gratidão desta gente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para este grande Líder que é Jayme Canet Júnior, para este Líder que entregou na bandeja, o Governo do Estado, talvez para uma renovação.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gabriel Manoel, gostaria de cumprimentá-lo porque várias vezes Vossa Excelência veio à tribuna e elogiou, com propriedade, o Governador Jayme Canet Júnior, embora não esteja em seu partido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Permite-me dialogar com Vossa

Excelência, não estou perguntando, sou paranaense, aqui não está em jogo o partido. Estou dizendo apenas a verdade. Se estou sendo atacado, vou cassar-lhe a palavra. Fomos atacados daquela tribuna, quando o chamaram de Governador "Casca de ovo", de Governador "ditador". Estávamos aqui, nesta trincheira da democracia.

O Sr. Artagão de Mattos Leão — Agradeço o aparte que me concede o brilhante Deputado Gabriel Manoel, mas gostaria de discordar apenas em um ponto com o Deputado. Na realidade, está se falando em rompimento com o Governador do Estado. Nós não temos conhecimento ainda que tenha havido algum rompimento. Apenas o que pode estar havendo é uma discordância, coisa natural num regime democrático.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não falei em rompimento.

Apenas disse, apenas lamentei de virem os Deputados de sua bancada, atacar todos os Governadores. Isto não é rompimento. Isto chama-se, no meu modo de ver, no interior, de ingratidão. Não falei rompimento, não pretendo que haja um rompimento e nem é minha pretensão, porque em seara alheia não me meto. Estou apenas lamentando a

ingratidão dos companheiros de Canet, que ajudaram a eleger o ilustre Governador José Richa. Se tiver mentindo, Vossa Excelência me desminta, mas não falei em rompimento. As notas taquigráficas aí estão.

Não falei em rompimento. Apenas falei na ingratidão dos Deputados que põem Jayme Canet no rol dos Governadores que não tiveram competência.

O Sr. Artagão de Mattos Leão — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência me concedeu e quero dizer também a Vossa Excelência que se falou aí em governo tão ruim, não posso concordar, Deputado Gabriel Manoel, porque Vossa Excelência, tem que aceitar que o Governador José Richa assumiu o Governo há vinte dias. E nós não podemos julgar um Governo por apenas vinte dias. Os companheiros do PDS não podem pre-julgar um Governo que foi eleito para Governar quatro anos, por apenas vinte dias que está no Governo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência está misturando "caçada de tatu, com serenata". (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Persidência lamenta, mas comunica que seu tempo está esgotado.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente.— **Ao Departamento Legislativo.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 139/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o "CORAL PARANÁ", com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, lido da tribuna, solicitando a suspensão da aplicação do Decreto Legislativo nº 95/83.— **À consideração da Comissão Executiva, para apreciar o requerido.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Nadir Vechi, ocorrido em Altamira do Paraná.— **Aprovado.**— **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que a estrada Palmital-Altamira do Paraná-Campina da Lagoa seja incluída no Plano Viário Estadual, passando a sua conservação sob responsabilidade dos respectivos Distritos Rodoviários.— **Aprovado.**— **Ao Departamento Legislativo.**

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaríamos que a Presidência nos esclarecesse a respeito do procedimento desse nosso requerimento pedindo a suspensão da adoção do Relógio Ponto, na Assembléia para apreciação, quando eu coloquei para apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Devido à competência do 1º Secretário analisar esta matéria, conforme dispositivo regimental, é que estou encaminhando em despacho, à consideração da Comissão Executiva, para apreciar o requerido.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, então eu solicitaria que isso fosse feito em caráter de urgência, vez que está para ser instalado este malfadado relógio-ponto, a partir de segunda-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Será encaminhado com urgência devida.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à funcionária desta Casa, Euthalia Martins da Silva, que após 36 anos de profícuos serviços prestados a este Poder Legislativo, vem de se aposentar.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, bem como à Senhora Secretária da Educação, encarecendo-lhes a adoção de um plano de emergência que, simultaneamente, valorize e operacionalize o aproveitamento do Pessoal Docente da Rede Estadual de Ensino.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, sugerindo a elevação da Comarca de Umuarama para Comarca de Entrância Final.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, que trata de adoção de relógio-ponto nesta Casa.—

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre as cidades de Grandes Rios a Rosário.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine providências para o asfaltamento do trecho de estrada que liga o Município de Mallet a BR-476.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que através do setor competente, seja instalado, com a máxima urgência um escritório da EMATER em Nova Cantu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de que determine o asfaltamento da estrada que liga Altamira do Paraná aos Municípios de Nova Cantu e Mamborê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 1º aniversário do jornal “Gazeta do Centro Oeste”, da cidade de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo que sejam tomadas providências, no sentido de combater a erosão no perímetro urbano de Nova Cantu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, com apoio do Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Secretaria dos Transportes, encarecendo a construção uma de ponte sobre o rio Cachoeira, na estrada de acesso à localidade

de Pequeno Rio, no Município de Antonina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Ministro do Trabalho, encarecendo esclarecimento sobre o atual concurso para médicos do trabalho e o número de vagas destinadas ao Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Santa Rosa, ensino de 1º Grau, no Município de Iretama.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Governador do Estado, pela designação dos Srs. Cândido Pacheco Bastos e Antônio Pinesso, para exercerem os cargos de Diretor Presidente e Secretário Geral da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Governador do Estado pela designação dos Srs. José Maria Azevedo, João Nogueira Castro e Dácio Leonel de Quadros para integrarem a Diretoria Executiva da Paraná Radiodifusão S/A., RADIPAR, na qualidade de Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico respectivamente.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela escolha do eminente médico Dr. José Rattori, para o cargo de Superintendente do Instituto de Previdência do Estado.— **IPE. Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Senhora Secretária da Educação do Estado, encarecendo a criação do ensino de 2º Grau no Município de Fênix.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação de uma Comarca na cidade de Terra Boa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo providencie a liberação de verba no valor de oito milhões de cruzeiros para o pagamento das professoras de Tapira.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando providências para o imediato e inadiável funcionamento do Serviço Telefônico, já instalado nos Municípios de Piên, Agudos do Sul, Tijucas do Sul e na localidade de Trigolândia.— Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — O requerimento está em fase de votação. A Presidência lhe concede a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, eu solicitei que fosse adiada a votação do referido requeri-

mento no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com discussão adiada, da sessão de ontem.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência poderia determinar a leitura do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência atende e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura do requerimento.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a leitura do requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação. — Aprovado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, usando faculdade regimental, requeiro a Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Presidência atende e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RUBENS BUENO, EM SESSÃO DO DIA 7 DE ABRIL DE 1983.

CULTURA, PROGRAMA DE GOVERNO.

Abriam-se as portas do teatro Guaíra para que durante dois dias o povo visse de graça um espetáculo de balé. O gesto é simpático, mas merece considerações.

Cultura não se interioriza nem se populariza. Cultura é a expressão de um povo, quer esse povo resida na Capital ou no Interior. O que se chama de interiorização da cultura tem sido levar ao Interior as manifestações artísticas da Capital, o que é válido apenas no sentido de informação, de amostragem, e é péssimo quando se tenta persuadir as comunidades de que os espetáculos gerados nos grandes centros servem de padrão, de modelo para ser copiado. O equívoco fundamental é que se rotula como cultura apenas as manifestações artísticas. Mas vamos nos deter nesse campo limitado para afirmar que popularização da cultura significando tornar as expressões estéticas produzidas pela oficialidade elitista urbana acessíveis às massas trabalhadoras é uma proposição totalmente descabida e perniciosa.

Descabida porque, por exemplo, os balés do teatro Guaíra só interessam aos estratos sociais de certa burguesia produtora e consumidora de uma arte que traduz idéias e concepções que nada têm a ver com a expectativa das grandes massas populares. Perniciosa como a única dotada de qualificação, para ser elaborada e exibida.

Toda expressão artística das elites está comprometida pelo contexto em que vive e do qual se nutre e ao qual serve.

Se Oraci Gemba agora na direção maior da Fundação Teatro Guaíra, feliz escolha do Governador, pretende cumprir seu programa de valorizar a expressão artística popular, que não se deixe envolver pelo falso conceito de popularização da cultura tentando abrir os espaços de que dispõe para que a classe

trabalhadora absorva manifestações artísticas que traduzem o gosto da classe dominante.

Que a iniciativa particular patrocine, incentive, produza e consuma sua arte de bom gosto, tudo bem.

A grande virada, e Gemba tem toda qualificação para fazê-la, consiste na produção comunitária, na abertura de espaços onde o trabalhador possa livremente exercitar sua criatividade na valorização da cultura produzida pelas bases populares, sempre considerada de mau gosto, pitoresca ou folclórica.

O importante para uma política cultural gerida pelo Estado é criar os elementos para que as comunidades gerem seus próprios modelos de expressão artística, que temos certeza, não será nem o balé nem o teatro de comédia nem a pintura sobre tela. A esperança de que seja algo tão novo que revolucione os conceitos de arte da classe dominante deve animar o risco de uma postura não conservadora. (Reynaldo Jardim)."

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 211/83

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matrícula nº 518, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Expedição, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. nº 1832).

Palácio "XIX de Dezembro", em 24 de março de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 212/83

I — exonerar PAULO CESAR LINO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelson Fiori Luiz Malaguido, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 361/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — prover CARLOS AUGUSTO ALDENUCCI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelson Fiori Luiz Malaguido; e,

III — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 2028/83).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 213/83

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, § 1.º e Art. 140, item I, ambos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, YONE CHAVES CAPRILHONE GARCEZ DA LUZ, matrícula nº 337, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais do seu cargo efetivo acrescido de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução nº 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o § único do Art. 170, da citada Lei nº 6174 e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de Gratificação por Serviços Extraordinários, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

(Protoc. nº 792/83).

Palácio "XIX de Dezembro", em 28 de março de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 214/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 262/80, na parte que se refere à funcionária HILDA MATHIES BLANC, matrícula nº 328, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou a mesma para exercer as funções de Chefe da Seção de Enfermagem e Farmácia, do Serviço de Assistência Social;

II — designar ZILDETE TEIXEIRA, matrícula nº 331, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Enfermagem e Farmácia, do Serviço de Assistência Social, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. nº 1954).

Palácio "XIX de Dezembro", em 29 de março de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 215/83

Art. 1.º A os funcionários do Poder Legislativo é facultada a opção pelo regime de tempo integral.

§ 1.º - A opção a que se refere este artigo será efetivada mediante declaração expressa onde constará o compromisso de rigorosa observância de horário.

§ 2.º - Casos especiais, que justificarem a não opção pelos benefícios deste artigo, serão, mediante requerimento dos interessados, apreciados e solucionados pela administração com o mesmo compromisso de fiel observância de horário.

§ 3.º - Aos funcionários em férias, ou licença, será facultada o direito de pronunciamento após o retorno às atividades, sem prejuízo dos benefícios ou vantagens que vêm auferindo.

Art. 2.º - Ficam revogados, a partir de 1.º de abril do corrente ano, todos os Decretos e Portarias que concederam o benefício do Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Serviços Extraordinários), aos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "XIX de Dezembro", em 30 de março de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 216/83

autorizar ROSEMERY VIEIRA DE ALMEIDA, ora à disposição

deste Poder, para prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado, no período compreendido entre 11 a 30 de março do corrente ano.

(Protoc. nº 1806).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 217/83

elevantar o valor da pensão mensal concedida a ONDINA BRASILIENSE SOARES GOMES, viúva do ex-Deputado Estadual Heitos Soares Gomes, para cinco (05) salários mínimos regionais, nos termos do Art. 1.º, da Lei nº 7568, de 11 de janeiro de 1982, respeitado o seu artigo 3.º, e a partir da data da sua vigência, ou seja, 11 de janeiro de 1982.

(Protoc. nº 231/83).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 218/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 160/81, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão das Comissões, do Departamento Legislativo, o funcionário MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula nº 465, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — designar IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula nº 122, ocupante do cargo de Secretário de Comissão C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão das Comissões, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. nº 1966/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 219/83

I — prover CLÁUDIA PIETROBELLI MONGRUEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Odeni Mongruel; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 2374).

Palácio "XIX de Dezembro", em 04 de abril de 1983.

TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário